

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E  
CONTABILIDADE  
CURSO : CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DE FORTALEZA :  
MITOS E REALIDADE**



ALUNA : NORMA SAMPAIO DE SOUZA

MATRÍCULA : 893827-0

ORIENTADOR : PROF<sup>a</sup> MARIA ISABEL DE ARAÚJO FURTADO

FORTALEZA – CEARÁ

98-2

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MONOGRAFIA APROVADA EM \_\_\_\_ DE OUTUBRO DE 199\_\_

BANCA EXAMINADORA :

---

**MARIA ISABEL DE ARAÚJO FURTADO**  
*PROFESSORA ORIENTADORA*

---

**MARIA GORETTI SERPA BRAGA**

---

**EURÍPEDES EWBANK ROCHA**

---

**NORMA SAMPAIO DE SOUZA**  
*(ALUNA)*

---

## AGRADECIMENTOS

*À Deus.*

*À minha família, a minha mãe Socorro Sampaio, e especialmente a meu marido Márcio Campos, que me apoiou e o incentivou durante a fase de realização desse trabalho, e cuja convivência foi fundamental para o meu êxito.*

*À minha orientadora, Professora Isabel Furtado, pela orientação dada ao desenvolvimento e conclusão dessa monografia. Obrigada pelas críticas, que em muito enriqueceram, a mim e ao meu trabalho e pelas sugestões valiosas.*

*À banca examinadora, professora Maria Goçetti Serpa Braga e professor Eurípedes Ewbank Rocha.*

## RESUMO

Esta monografia foi desenvolvida com a finalidade de apresentar o perfil do trabalho feminino no município de Fortaleza, observando as principais influências dos fatores extraeconômicos – inseridas no cotidiano da mulher – sobre o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho.

Para tanto, serão analisadas algumas teses que apresentam uma linha de explicação sobre o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, verificado a partir da década de 70. Para consistir a análise, variáveis como faixa etária e estado civil serão confrontadas à variável sexo.

Com base nos dados coletados pelo SINE/CE na Pesquisa Desemprego e Subemprego, apresentar-se-á a evolução da participação feminina no mercado de trabalho de Fortaleza, destacando-se o período de 1991 a 1995.

A seguir e ainda com base nos dados do SINE/CE, será feita análise das reais condições de trabalho da mulher cearense baseado no depoimentos do estudo de casos da Pesquisa “A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará”, realizada no Estado do Ceará em 1993, somente com mulheres inseridas no processo produtivo.

Espera-se com este trabalho contribuir para uma maior compreensão a cerca das questões que envolvem o trabalho feminino, servindo inclusive de ponto de partida para elaboração de outros trabalhos que levem a discussões posteriores.

## SUMÁRIO

|  | Páginas |
|--|---------|
| INTRODUÇÃO.....  | 03      |
| CAPÍTULO I – O PAPEL DA MULHER NOS ANTIGOS REGIMES FAMILIARES.....                                 | 06      |
| 1.1. Do Matriarcado a Monogamia.....   | 07      |
| 1.2. O Trabalho da Mulher no Capitalismo.....  | 18      |
| CAPÍTULO II – A MULHER E O MERCADO : DEBATE TEÓRICO E REALIDADE BRASILEIRA.....                    | 28      |
| 2.1. As teorias sobre a Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho.....                             | 34      |
| 2.2. A Inserção Discricionária da Mulher no Mercado de Trabalho :<br>Motivos Extra-Econômicos..... | 42      |
| 2.2.1. Mulher e o Mercado – Idade e Estado Civil.....  | 43      |
| 2.2.2. Mercado e Jornada de Trabalho.....  | 46      |
| 2.2.3. A Remuneração do Trabalho Feminino.....   | 48      |
| CAPÍTULO III – A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM FORTALEZA: 1991 A 1995.....                      | 55      |
| 3.1. Educação e Trabalho.....  | 59      |
| 3.2. Faixa Etária e Trabalho.....  | 61      |
| 3.3. Do Privado ao Público.....  | 63      |
| 3.4. Mulher e Jornada de Trabalho.....   | 69      |
| 3.5. Salário e Trabalho.....   | 73      |
| CAPÍTULO IV – TRABALHO FEMININO EM FORTALEZA : VERDADES E MENTIRAS.....                            | 77      |
| 4.1. Caracterização das Entrevistadas.....   | 79      |
| 4.2. A Percepção do Cotidiano.....   | 83      |
| 4.3. A Percepção do Mundo do Trabalho.....   | 88      |
| CONCLUSÃO FINAL.....   | 94      |
| BIBLIOGRAFIA.....  | 99      |

## INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas tem observado uma grande inserção da mão-de-obra feminina na produção social. Atualmente as mulheres desempenham papel muito importante na economia brasileira, muito embora quase sempre não sejam reconhecidas pelo seu trabalho. Com o crescimento da participação feminina no mercado, muito se tem escrito sobre o assunto, o trabalho feminino se tornou objeto de estudo e conquistou o interesse científico. No entanto, no Brasil muitos desses estudos ainda não analisaram as influências extraeconômicas – inseridas no cotidiano da mulher trabalhadora, a ordem do privado, estando voltadas exclusivamente no mercado de trabalho, a ordem do público.

Este trabalho tem como objetivo analisar não só a realidade do trabalho feminino da esfera pública, mas também, identificar as questões ainda pouco conhecidas, mas, de influência decisiva sobre o trabalho da mulher, situada na esfera privada do cotidiano feminino.

Assim sendo, o presente estudo possui dois momentos: A pesquisa teórica de conteúdo histórico no qual serão identificadas formas específicas de trabalho feminino, caracterizando aspectos sócio-econômicos dos primórdios da humanidade até hoje. – Num segundo momento, utilizando dados coletados na Pesquisa Desemprego e Subemprego realizada mensalmente pelo SINE/CE no município de Fortaleza, faz-se uma análise quantitativa e qualitativa do trabalho feminino.

O objetivo do primeiro capítulo é identificar, a partir das análises de Marx, Engels e outros autores, o perfil do trabalho feminino ao longo do desenvolvimento das sociedades. Para tanto analisa-se o processo histórico da inserção da mulher nas atividades sócio-econômicas, buscando analisar suas características dentro dos regimes familiares do Matriarcado, do Patriarcado e da Monogamia.

No segundo capítulo analisa-se algumas teses sobre o trabalho feminino no Brasil procurando inserir neste debate teórico alguns dados empíricos sobre a realidade do trabalho feminino, utilizando como variáveis nesta análise, nível de escolaridade, faixa etária, estado civil, jornada de trabalho e salário. A análise foi feita a partir de dados secundários colhidos de vários trabalhos que analisaram a participação feminina no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a evolução da participação feminina no mercado de trabalho em Fortaleza, no período de 1991 a 1995. A justificativa para a escolha do período a ser analisado deve-se ao fato do grande volume de informações sobre a participação feminina no mercado em Fortaleza. Os dados constantes neste capítulo foram coletados da Pesquisa Desemprego e Subemprego realizada mensalmente, pelo SINE/CE, no município de Fortaleza.

O quarto capítulo tem como objetivo principal conhecer melhor o cotidiano da mulher cearense a partir do testemunho delas próprias. Descobrir se possuem ou já possuíram projetos de vida e se conseguiram realiza-los, indagando ainda o que pensam sobre trabalho e realização profissional. Complementarmente, pretendo estabelecer um elo de ligação no desenvolvimento deste capítulo com as

conclusões as quais cheguei nos capítulos anteriores, notadamente o segundo e terceiro capítulos.

Os dados desse capítulo foram colhidos da pesquisa realizada pelo SINE/CE, em 1993 direcionada para aquelas mulheres que trabalham “fora” de casa, ou seja, aquelas mulheres que se encontravam inseridas no processo produtivo ocupando um posto de trabalho na esfera pública. A pesquisa “*A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará*” foi realizada concomitante à pesquisa mensal Desemprego e Subemprego. Esta pesquisa foi realizada em Fortaleza e no interior do Estado, nos seis municípios considerados de médio porte. A partir destes dados traçou-se o perfil da trabalhadora cearense buscando expressar a realidade do trabalho feminino no Estado do Ceará de forma mais fidedigna possível.

## **1º CAPÍTULO**

### **O PAPEL DE MULHER NOS ANTIGOS REGIMES FAMILIARES**

O objetivo deste capítulo é buscar identificar e entender, a partir das análises de Marx, Engels e outros autores, o perfil do trabalho feminino ao longo do desenvolvimento das sociedades. Para tanto analisa-se o processo histórico da inserção da mulher nas atividades sócio-econômicas, buscando identificar suas características dentro dos regimes familiares do Matriarcado, do Patriarcado e da Monogamia. A análise histórica do trabalho feminino encontra-se vinculada ao desenvolvimento das relações de parentesco, que condiciona o surgimento da propriedade privada e das classes sociais. Assim, ainda com base nos referidos autores, desenvolve-se este trabalho procurando identificar quais as relações existentes entre a família monogâmica, a propriedade privada e a sujeição feminina dentro desse processo. Finaliza-se esta primeira parte do trabalho descrevendo, a partir das análises sobre o desenvolvimento das relações de trabalho e de produção, como as relações familiares e o trabalho feminino contribuíram para o surgimento dos antagonismos de classe.

## **1.1. Do Matriarcado a Monogamia.**

No livro intitulado, “*A origem da Família, da propriedade Privada e do Estado*”, Friedrich Engels desenvolve uma linha de pensamento baseado em investigações do escritor L.H. Morgan, sobre as relações de parentesco dentro das famílias primitivas – equivalente aos primórdios da humanidade, selvageria e barbárie- <sup>1</sup> e a influencia dessas relações naquelas sociedades. O estabelecimento dos traços essenciais e originais da pré-história humana, foi o principal feito de Morgan, e é partindo de suas pesquisas e teorias de outros autores como Engels e Bachofen, que mostraremos toda a evolução pela qual passaram as relações de parentesco.

Antes de prosseguir é necessário para feito deste estudo situar no tempo e no espaço os principais estágios culturais da humanidade para melhor compreensão do seu desenvolvimento. A evolução do homem se dá de acordo com os progressos obtidos na produção dos meios de subsistência e aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho agrupados em cinco períodos : Eolítico, Paleolítico inferior e superior, Mesolítico e Neolítico. O homem do período Eolítico viveu na Europa há uns 300.000 anos, nesse estágio, que corresponde a fase inferior do estado selvagem de Morgan, seus instrumentos de trabalho eram feitos de pedra bruta. Eram povos nômades e coletores, ou seja, sua produção se limitava a extrair da natureza os bens necessários para a sua sobrevivência. O Paleolítico inferior data de uns 250.000 anos, na Europa, e

---

<sup>1</sup> Morgan fez uma classificação da pré-história da humanidade em três épocas principais; estado selvagem, barbárie e civilização, todas subdivididas nas fases inferior, média e superior. Nos dois

a fase superior durou cerca de 27.000 anos terminando, também na Europa, há aproximadamente 8.000 anos. Os dois períodos Paleolíticos correspondem à fase média do estado selvagem de Morgan. Conhecida como a idade da pedra, nessa fase os instrumentos de trabalho do homem são de pedra lascada, e na sua alimentação inclui-se os peixes e outros animais aquáticos, já com utilização do fogo. Os povos eram caçadores e pescadores, e seus instrumentos de caça e de trabalho já são mais elaborados como arpões, anzóis, agulhas, serras, etc. Assim como nos períodos anteriores, o homem Paleolítico era nômade, e sua principal fonte de alimentos eram os rebanhos de renas. O período conhecido como Mesolítico, foi dos dois mil anos seguintes ao paleolítico até 4.000 anos a.C. e corresponde à fase superior do estado selvagem de Morgan. Esse é o período do arco e da flecha, que lhes aperfeiçoa as técnicas de caça, multiplicando sua produção. Outras características também desse período são a domesticação do cachorro, que passa a ser usado como auxiliar na caça, e os primeiros indícios de residência fixa em aldeias

À medida em que o homem evolui, cada vez mais se distancia da natureza e passa a ter com ela uma relação de dominação o desenvolvimento de sua consciência dá ele a certeza de que só através do trabalho ele conseguirá extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência, logo, sua capacidade de fabricar e aperfeiçoar instrumentos se torna fundamental.

No início da humanidade o homem vivia em bandos e todas as tarefas em executadas por todos igualmente, a exceção das crianças de colo. Mas com o desenvolvimento das técnicas de caça foi necessário uma redivisão de tarefas,

---

primeiros é onde encontramos os vestígios da origem das famílias primitivas. Faziam parte delas, por exemplo; os índios do Noroeste da América, os Semitas, os gregos da época heróica, etc.

surgindo então os primeiros vestígios da divisão social do trabalho. A caça tornou muito mais complexa exigindo maior destreza, treinamento e força física, portanto as mulheres, crianças e velhos passaram a executar outras atividades, como cuidar de recém-nascidos, apanhe de frutos e preparação de alimentos. Já aqui se observa que o trabalho feminino sempre esteve vinculado a reprodução da força de trabalho. É no Paleolítico Inferior que encontramos este primeiro tipo de divisão de trabalho determinada pelo sexo e idade.

A crescente necessidade de instrumentos de trabalho cada vez mais elaborados, requer maior conhecimento especializado e dedicação e logo surgiu outro tipo de divisão de trabalho, agora somente entre os homens adultos : os caçadores e os fabricantes de instrumentos.

A estrutura familiar da época não existia da forma que conhecemos atualmente, os casamentos eram em grupos, onde um homem possuía várias mulheres e uma mulher possuía vários homens, o que gerava grande promiscuidade<sup>2</sup>. Devido a essa grande variação de parceiros, os filhos desses casamentos tinham como certo apenas a mãe, já que o pai poderia ser qualquer um do bando. Isto posto, tudo o que dissesse respeito a essas crianças era de responsabilidade exclusiva da mãe, eram os primeiros indícios de uma organização familiar matriarcal. Esse teria sido o início do Matriarcado ou o chamado “direito materno”, onde os filhos pertenciam a mãe independente de sua situação de casada ou não. Portanto, na vida interna do bando, a figura da mãe era a autoridade máxima embora nas tomadas de grande decisões,

---

<sup>2</sup> Bachofen, que escreveu em 1861 o livro “Direito Materno”, chama essa promiscuidade de “heterismo”, o que segundo Engels não era correto. Morgan chamava de casamentos por grupos.

homens e mulheres participavam e opinavam igualmente. Segundo Bachofen, o lar sob o domínio feminino era chamado de lar comunista.

O grande salto qualitativo importantíssimo para o desenvolvimento da humanidade foi a criação da agricultura, com ela o homem podia controlar, mesmo de acordo com fatores climáticos, a produção alimentar. Dentre as grandes vantagens dessa mudança estavam a ampliação da população, a permanência em um mesmo lugar, a multiplicação das forças produtivas. O homem abandona a vida nômade e passa a ser sedentário, aumentando sua capacidade produtiva.

A agricultura tem seu surgimento ligado ao período Neolítico europeu cerca de 6.000 a.C., mas também há vestígios seus no Oriente Médio em torno de 6.500 a.C.. O Neolítico é um período caracterizado por grandes evoluções dos instrumentos e técnicas de trabalho humano, é a chamada idade da pedra polida. É nesse período que o homem aprende a navegar e a construir botes e jangadas. O domínio da agricultura acompanha também a domesticação de animais, inicialmente de pequeno porte como cabras, porcos e ovelhas e só depois os de grande porte como cavalos, camelo, etc. A agricultura obrigou ao homem a fixar-se em locais que fossem propícios às plantações e logo ele teve que desenvolver nova técnica, a construção de casas e a formação de aldeias. Nesse período o homem desenvolveu ainda a olaria e a tecelagem, tendo construído também rocas, fusos e teares para confecção de tecidos.

Dentre as modificações sociais ocorridas nessa época, a mais importante foi o surgimento e posterior evolução da instituição da propriedade. Enquanto vivia em bandos como nômade, caçador e pescador, o homem desconhecia a propriedade. A terra e a produção era de todos. A primeira forma de propriedade

surge pela agricultura e dará origem a todas as outras formas de propriedade que o homem criará por toda a sua história : A propriedade comunitária.

Na propriedade comunitária, os campos de criação e cultivo pertencem a comunidade assim como toda a produção que é distribuída entre todos. Com o desenvolvimento da agricultura a capacidade produtiva aumenta e traz consigo o crescimento da população que por sua vez acaba por forçar a transformação para uma nova forma de propriedade.

O desenvolvimento das formas de propriedade e da organização familiar estão intimamente ligadas aos povos agrícolas. Antes da agricultura a população era pequena e todos se conheciam, mas com o aumento desta e a crescente divisão do trabalho o conhecimento mútuo entre todos os membros vai extinguindo-se e então dentro da própria comunidade começam a aparecer pessoas novas e desconhecidas. Logo a comunidade se modifica para acompanhar as mudanças e surgem pequenas sociedades que são as famílias. A família primitiva do período mesolítico é chamada de clã ou gens, o que significa que todos os indivíduos tem ascendência comum, dada pela linha materna. Os clãs ganham grande importância nas comunidades agrícolas.

A estrutura familiar matrilinear começa a tomar forma nesse período quando os casamentos em grupos vão aos poucos sendo substituídos pela união de um só casal, isto acontece pela redução da liberdade matrimonial e a ampliação das restrições baseadas no parentesco até chegar finalmente às uniões entre membros de clãs diferentes. Como a linha materna era predominante, o homem ao casar-se passa ao clã da mulher assim como seus filhos.

A divisão do trabalho da época era basicamente sexual, ou seja, cabia ao homem a busca de alimento e instrumentos de caça e pesca e a mulher cabia cuidar da casa e dos filhos. Ambos eram considerados proprietários do que estava sob sua responsabilidade e em caso de separação levava-os consigo. Da mesma forma, de acordo com esse costume, o homem passou a ser o dono do rebanho e dos instrumentos de trabalho e também do escravo. Entretanto seus filhos, ainda não tinham direito a nenhuma dessas coisas. De acordo com o direito materno e a Lei de herança imperante na gens (parentes de sangue do lado materno), a fortuna deveria permanecer na gens e realmente permaneciam. *“Entretanto, os filhos de um homem falecido não pertenciam a gens daquele, mas à de sua mãe; ao princípio, herdavam da mãe, como os demais consangüíneos desta; depois, provavelmente, foram seus primeiros herdeiros, mas não podiam sê-lo de seu pai, porque não pertenciam à gens do mesmo, na qual deveriam ficar seus bens. Desse modo, pela morte do proprietário de rebanhos, esse passava em primeiro lugar aos seus irmãos e irmãs, e aos filhos deste ou aos descendentes das irmãs de sua mãe; quando aos seus próprios filhos, viam-se deserdados.”*<sup>3</sup>

No século XVII surgiu uma filosofia que contesta esse “poder feminino”, seus argumentos eram de que, nas origens da humanidade, a mulher era escrava do homem, mas segundo o missionário Artur Wrigth, que conviveu durante anos com povos iroqueses-senecas, tal afirmação é absurda, e atestou que ainda no matrimônio sindiásmico (característica da barbárie) as mulheres gozavam de consideração e respeito e eram livres. *“A respeito de suas famílias (.....) Habitualmente as mulheres mandavam na casa; as provisões eram comuns, mas – ai*

---

<sup>3</sup> Engels, Friedrich : A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Pg. 59.

*do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parta ao fundo de provisões da comunidade ! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivesse na casa, podia a qualquer momento, ver-se obrigado a arrumar a trouxá e sair porta a fora. E era inútil tentar opor resistência, porque a casa se convertia para ele num inferno; não havia remédio senão o de voltar ao seu próprio clã (gens) ou, o que costumava acontecer com freqüência, contrair novo matrimônio em outro. As mulheres constituíam a grande força dentro dos clãs (gens) e, mesmo em todos os lugares. Elas não vacilavam, quando a ocasião, em destituir um chefe e rebaixá-lo à condição de mero guerreiro”<sup>4</sup>* O lar comunista do matriarcado era forte porque a maioria das mulheres eram de uma mesma gens, enquanto os homens eram de gens diferentes e segundo Bachofen, essa era a base efetiva daquela preponderância de mulheres.

À medida que enriquecia, o homem via cada vez mais forte a necessidade de que seus filhos tivessem direito à sua herança, a ordem vigente começava então a ser questionada. A propriedade privada iniciava sua marcha de expansão e então, era chegada a hora de reverter o direito materno, afinal, a quem pertenceria toda aquela riqueza se os filhos do falecido não a herdavam. Além disso a posição do pai se tornara mais importante não só para a sociedade, mas também dentro da família, perante a mulher. Não foi difícil a partir daí, idealizar uma nova ordem social que sobrepujasse ao matriarcado, não havia mais sentido na continuação do matriarcado, ele deveria ser abolido. E o foi.

A passagem do matriarcado para o patriarcado ocorreu quando do surgimento de alguns elementos totalmente novos na sociedade de então, este

---

<sup>4</sup> Artur Writh – pg. 50,51 \*Engels).

elementos foram o excedente econômico e a instituição propriedade privada, juntos eles romperam aos poucos e definitivamente com o matriarcado, não só transformando a propriedade comunitária em propriedade clânica como também substituindo a linhagem materna pela linhagem paterna.

A agricultura surgiu durante o matriarcado e foi outro grande marco da história da humanidade, até então as riquezas do homem se restringiam às suas vestes, adornos e alguns simples utensílios domésticos e de caça (barcos, armas, etc). A acumulação de riquezas iniciou então uma verdadeira revolução nas relações sociais, gerando profundas modificações nas relações entre os homens, transformando as comunidades, em sociedades de classe.

A inversão da estrutura familiar fundamentou-se na questão de que, à medida que o homem aumentava sua riqueza, aumentava também sua importância dentro da família, crescia nele o desejo de tornar seus filhos herdeiros de seu patrimônio, porém seus filhos ainda pertenciam ao clã da mãe e nada podiam herdar do pai, o que fez crescer nele a idéia de modificar a ordem vigente em proveito dos filhos<sup>5</sup>. Para que isto fosse mudado bastava que a mulher bem como seus filhos passassem para o clã do marido, originando assim as famílias patrilineares. Assim a filiação feminina e o direito hereditário materno foram substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Não se sabe exatamente onde e como esta inversão aconteceu, o que se sabe de fato é que este acontecimento foi de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade, porém, para as mulheres foi uma profunda e dolorosa mudança, que deu ao homem poder exclusivo, não só sobre a

direção da casa, mas sobre ela própria, transformando-a em mera servidora do homem e instrumento de reprodução.

Bom, que essa mudança realmente ocorreu é fato, Bachofen atesta isso, porém nada se sabe a respeito de quando, onde e como tal revolução se processou. No entanto, pode-se afirmar com certeza, que a transição do matriarcado para o patriarcado foi um dos fatos mais marcantes da história da humanidade. A essência da mudança não era complexa, bastou apenas decidir que dali em diante a descendência seria na linhagem masculina, ou seja, os filhos do homem pertenciam a sua gens, e os filhos da mulher saíam da gens da mãe para a gens de seu pai. *“O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo.”*<sup>6</sup> Sem dúvida, ao fazer esta afirmação Engels tinha toda a razão, a partir da reversão do matriarcado a mulher foi relegada à posição insignificante dentro e fora de casa, ela passou literalmente ao subjugo masculino em todos os sentidos. A seguir viria a monogamia onde o homem assumiria totalmente o controle da situação, assegurando a fidelidade da mulher e notadamente a paternidade dos filhos. Na monogamia a mulher também tornou-se propriedade privada. Como última etapa antes da monogamia, o patriarcado foi de extrema importância no que concerne à subordinação da mulher ao homem e na determinação de que os afazeres domésticos seriam funções biologicamente femininas, destinando a mulher ao segundo plano da organização social.

---

<sup>5</sup> Esta é a opinião de Engels, mas há antagonismos sobre ela. Fco. Magalhães Filho afirma em seu livro “História Econômica” que : “Como a linha predominante é a materna , o homem ao casar passa ao clã da mulher.....o que significava, para o clã do marido a perda de seu trabalho e de seus bens”.

<sup>6</sup> Engels, Friedrich : A Origem da Família da Propriedade privada e do Estado. Pg. .61.

A monogamia manifestou-se na história da humanidade como a submissão dum sexo ao outro, ela surgiu quando a sociedade chegou a um grau de desenvolvimento tamanho que enredou por caminhos irremediavelmente contraditórios e cheios de antagonismos. A família monogâmica foi sem dúvida a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, estabelecendo definitivamente uma conexão entre propriedade privada e sujeição feminina.

Os elementos propriedade privada e acumulação de riquezas, eram absolutamente novos para as sociedades da época<sup>7</sup>. A acumulação de riquezas na família iniciou um processo de diferenciação das famílias medida por sua riqueza. A riqueza passou então a ser cada vez mais valorizada e respeitada como bem supremo, fazendo surgir muito forte a necessidade de se criar uma instituição que justificasse e perpetuasse sua continuidade. Era fundamental que essa instituição assegurasse não só a continuidade da acumulação de riquezas, mas também que justificasse a divisão da sociedade em classes, a classe possuidora de riquezas e a classe não possuidora de riquezas. A finalidade desta instituição era alicerçar este novo sistema e garantir o domínio e a exploração dos pobres pelos ricos. Nascia o Estado.

O Estado surgiu para justificar a acumulação de riquezas mesmo que ilicitamente e justificar a exploração daqueles que nada possuíam, era uma instituição a serviço daqueles que tem posses. Concomitante a isto o Estado também foi determinante na supremacia do homem perante a mulher, pois lhe dava garantias de reinar plenamente fora e dentro do lar. Assim como no patriarcado, a monogamia era

---

<sup>7</sup> Gregos, Romanos, Celtas, atenienses, etc.

fundamentada no “direito do pai” e entre seus alicerces está a opressão feminina, tudo isso, é claro, com o aval do Estado. Tal característica a monogamia possui até hoje.

A antiga divisão social do trabalho, que sempre existiu em todas as sociedades e em todos os períodos históricos, adquiriu a partir da monogamia uma nova perspectiva. Nas sociedades primitivas a divisão do trabalho surgiu como conseqüência natural do trabalho de homens e mulheres, algo inerente ao próprio trabalho humano e que contribuiu em muito para o aumento da produção e dos meios de subsistência. Na realidade, o trabalho feminino sempre esteve ligado a esfera privada da organização social, porém a atividade da mulher de supervisionar a casa e cuidar dos afazeres domésticos era considerada tão pública e socialmente necessária quanto a atividade do homem de caçar e procurar comida para a família. *“Com a família patriarcal e, ainda mais, a família monogâmica, uma mudança se processou. O controle da casa perdeu se caráter público. Não mais concerne à sociedade. Tornou-se um serviço privado e a mulher empregada chefe, excluída da participação no produto social”.*<sup>8</sup> *“Somente com o advento da grande indústria moderna é que o caminho à produção social lhe foi novamente aberto e então, apenas à mulher proletária”.*<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Pena, Maria Valéria Junho : Mulheres e Trabalhadoras. Pg. 55

<sup>9</sup> Pena, Maria Valéria Junho : Mulheres e Trabalhadoras, APUD. Pg. 55

## **1.2. O Trabalho da Mulher no Capitalismo.**

Do surgimento do homem até aos dias atuais, a humanidade passou por diversos estágios de desenvolvimento. Neste contexto, a economia mundial também passou por muitas modificações. Desde as economias primitivas dos povos coletores até o modo de produção capitalista dos dias atuais, foram muitas as etapas pelas quais passou a economia mundial, estas etapas vão do modo de produção feudal europeu, passando pela expansão comercial, até a manufatura e a revolução industrial. Dentro da evolução da história econômica, considera-se o modo de produção capitalista como fundamental para minha análise neste capítulo, partindo do pressuposto de que, no capitalismo, a importância da participação feminina é que ela garante a reprodução e manutenção da força de trabalho. Porém, antes de analisar-se o modo de produção capitalista, é fundamental para uma melhor compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista que sejam feitas algumas considerações a respeito do modo de produção feudal.

A estrutura feudal começou a consolidar-se no século VI, junto com os estados germânicos<sup>10</sup>. Já o feudalismo europeu surgiu tanto pela evolução das forças produtivas locais, como também em decorrência da decadência de uma civilização que se encontrava em estágio mais avançado : a civilização escravagista de Roma.<sup>11</sup>Das características principais do feudalismo estão o predomínio das relações de produção servis e a população formada basicamente de camponeses servos. Até o

---

<sup>10</sup> Filho, Francisco de B. B. Magalhães : História Econômica. Pg. 146.

<sup>11</sup> Filho : Fco. De B. B. Magalhães : História Econômica. Pg. 134.

século XIV mais de 80% da população vivia no campo, os senhores formavam uma pequena parte da população.

Os camponeses servos viviam em feudos e moravam em choças que, em geral, eram agrupadas a aldeias. Por sua vez, estas aldeias e a terra em que viviam os servos pertenciam ao senhor. *“Das terras do feudo, sempre uma parte, geralmente um terço, formava os **domínios** do senhor, isto é, o produto dessas terras era totalmente seu, enquanto das outras podia receber apenas uma parcela, que podia variar entre um terço e um décimo, conforme a região e a época”*.<sup>12</sup>Todas as obrigações dos servos diziam respeito ao senhor e iam desde o pagamento em espécie sobre a sua produção até a prestação de serviços pessoais.

No modo de produção feudal existia toda uma enorme massa camponesa servil que trabalhava basicamente para seu próprio sustento. A divisão social do trabalho, ainda era basicamente sexual tal qual como nas economias primitivas, onde cabia ao homem a produção de alimentos para o sustento da família, enquanto a mulher permanecia na função de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. A participação feminina nesse sistema se dava nas terras do feudo, onde o trabalho era realizado por toda família, inclusive as mulheres, bem como na prestação de serviços domésticos e pessoais para o senhor, que provavelmente, era realizado em sua grande maioria por mulheres.

Outro estágio econômico considerado importantíssimo para o desenvolvimento do capitalismo foi a manufatura. O período manufatureiro surge em meados do século XVI até o último terço do século XVII. De um modo geral a manufatura se origina por dois caminhos ditos a seguir : de um modo trabalhadores

de diversos ofícios autônomos se reúnem sob o comando de um mesmo capitalista, trabalhando simultaneamente num sistema de cooperação simples onde uns colaboram com os outros no feitiço de um mesmo produto; de outro modo trabalhadores que possuem o mesmo ofício ou algo da mesma espécie, também reunidos sob o comando de um mesmo capitalista em uma oficina para produzir aquela mercadoria por inteiro. A partir daí as operações necessárias para a produção são desmembradas, e com objetivo de se aumentar a produção estas operações são justapostas no espaço e adequadas de acordo com a habilidade de cada trabalhador e realizadas simultaneamente.<sup>13</sup> A partir destes dois aspectos pelos quais se observou a origem da manufatura é fácil se detectar que seu objetivo principal foi conseguir, num curto espaço de tempo, duplicar ou triplicar a produção através da divisão do trabalho.

Segundo Marx, a manufatura e a grande indústria são diferentes no tocante a organização do processo de trabalho, bem como a relação entre trabalhador, objeto de trabalho e os instrumentos que utiliza. Como estágio preparatório para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o período manufatureiro (séc. XVI até fins do séc. XVIII) coincidiu com o período do capitalismo comercial. “*Na manufatura, a revolução no modo de produção foi iniciada com a força de trabalho*”.<sup>14</sup> Dentre as características principais da manufatura estava o domínio por parte do trabalhador de todo o processo produtivo. Até então a máquina era apenas uma versão modificada dos instrumentos de trabalho utilizados pelo trabalhador, e embora destituído dos meios de produção ainda era ele, o trabalhador e sua experiência que controlavam o ritmo da produção.

---

<sup>12</sup> Filho, Fco. B. B. Magalhães : História Econômica. Pg. 136.

<sup>13</sup> Marx, Karl : O Capital. Vol I. Cap. XII. Pg. 267,268.

A partir do surgimento da divisão do trabalho, surge nas manufaturas a separação dos ofícios onde o trabalhador vai aos poucos perdendo a noção do processo de trabalho como um todo, é o trabalhador parcelado. Com o crescimento do número de trabalhadores parcelados, o trabalhador individual vai aos poucos sendo substituído, dando que dá lugar ao chamado trabalhador coletivo que é constituído por vários trabalhadores individuais e parcelados. *“A existência deste trabalho coletivo, no qual cada trabalhador desenvolve tarefas altamente especializados, faz necessária a existência de uma direção que harmonize as diferentes atividades individuais e, execute as funções gerais necessárias para que se ponha em marcha o processo de produção global. Essa função de controle, vigilância, e direção converte-se em uma função do capital tão logo o trabalho submetido a ele revista a forma de um trabalho coletivo. Esta função, que nasce como uma das tantas tarefas do trabalho coletivo, separa-se dele e se transforma em uma função que o domina e abate”*.<sup>15</sup>

Porém, na manufatura ainda não existe a completa subordinação do trabalho pelo capital, na realidade ainda existe uma grande ligação entre o trabalhador e o seu instrumento de trabalho e embora não tenha posse deste instrumento, o trabalhador ainda tem autonomia sobre o processo de trabalho.

Enquanto o trabalhador ainda possui essa relativa autonomia sobre o processo de trabalho o capital esbarra nos limites físicos do ser humano impostos pelo trabalho manual. Neste contexto a produção ainda é feita em pequena escala, a manufatura ainda não proporciona ao capital a subordinação real do trabalho.

---

<sup>14</sup> Karl Marx, *The Capital*. (Vol. I) Lawrence and Wishart, Londres, 1977, p. 351. APUD. Valéria Pena.

<sup>15</sup> Harnecker : 1981, 52. APUD.

É com a mecanização da produção que o capital começa a chegar ao seu objetivo, a subordinação técnica do trabalho e a subordinação socio-política da classe operária. A introdução da máquina no processo de produção caem por terra os limites orgânicos para a expansão do capital, o antigo sistema da divisão do trabalho é profundamente alterado. Enquanto na manufatura cada operação parcial era feita manualmente por cada trabalhador individual através do uso de suas ferramentas, agora com a produção mecanizada, é a máquina que comanda todo o processo de produção seu ritmo e o caráter do trabalho. *“(…)Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve a máquina (…). Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto, que existe independentes deles”*.<sup>16</sup>

Para Marx, a passagem da manufatura para a grande indústria constitui no momento de incorporação da força de trabalho feminino na produção social. Na manufatura não existia o trabalho feminino. Comentando sobre este autor, Valéria Pena<sup>17</sup>, lembrar alguns pontos que, segundo ela, são de grande importância na análise do trabalho feminino – *“A manufatura e a grande indústria são formas diferentes de organização do processo de trabalho, entendido este com a relação entre o trabalhador, o objeto do trabalho e os instrumentos com os quais trabalha. Na manufatura, a revolução no modo de produção foi iniciada com a força de trabalho (…). A máquina era, então, apenas uma versão modificada dos instrumentos de trabalho do artesão e que desempenhava operações semelhantes àquelas que anteriormente eram desempenhadas pelo trabalhador e seus instrumentos de*

---

<sup>16</sup> Marx : s/d, 483. APUD

<sup>17</sup> Pena, Maria Valéria Junho : Mulheres e Trabalhadoras, 1981. Pg. 60-61.

trabalho. (...) *A indústria moderna, entretanto, dividiu o processo de trabalho em uma série de operações completadas por uma única máquina, que combina vários instrumentos de trabalho. A força motora foi transferida dos músculos do trabalhador para a máquina, abrindo caminho, segundo Marx, para a incorporação de mulheres e crianças no processo produtivo. Na moderna indústria ( a revolução no modo de produção ) começou com os instrumentos de trabalho ”.*<sup>18</sup>

A mecanização do processo de produção gera vários efeitos econômicos, mas principalmente a desqualificação do trabalhador e o barateamento da força de trabalho. E se na manufatura não existia o trabalho feminino, a instrução de máquina na produção industrial foi fundamental para a incorporação da mão-de-obra feminina na indústria. De acordo Marx, *a grande indústria prescindir da força física do trabalhador (a força teria sido incorporada à máquina) ela torna-se mais apta ao emprego de mão-de-obra feminina (...) a máquina mais e mais suprime o trabalho do homem. (...) o trabalho não requer mais esforço muscular mas somente flexibilidade de dedos.*<sup>19</sup> Com o desenvolvimento da indústria moderna, houve a plena incorporação da mão-de-obra feminina, já que no novo processo de trabalho, baseado em maquinaria, a massa muscular masculina já não é tão necessária. Acrescenta-se a este fato ainda, a agravante de que, a entrada das mulheres no mercado de trabalho estimularia e aumentaria a competição entre os trabalhadores, além de baixar o teto salarial e aumentar o nível de exploração do capital. *“A introdução de mulheres (...) pode ser vantajosa ao capitalista, tanto porque podem salários mais baixos, quanto porque constituem elementos de competição (...) O emprego de mulheres sofre*

---

<sup>18</sup> Karl Marx : O Capital, (vol.1) Lawrence and Wishart, Londres, 1977, pg. 351-354.

<sup>19</sup> Pena, Maria Valéria : Mulheres e Trabalhadoras. Pg. 57.

*oposição dos trabalhadores masculinos que estão tentando resistir à desqualificação. Uma consequência na luta entre o processo de desqualificação com a luta contra a introdução de mulheres (...) é que a elas foi negada a oportunidade de entrar em empregos qualificados e a hierarquia de tarefas concretas dentro do processo de trabalho tem crescentemente coincidindo com a divisão sexual do trabalho”.*<sup>20</sup>

Sobre a participação da mulher na indústria, Engels afirma : *“Quando ela quer tomar parte na indústria pública e ganhar sua vida e independência, ela não está em posição de preencher seus deveres familiares”.*<sup>21</sup> comentando sobre este autor Valéria Pena afirma ; *“o desenvolvimento da grande indústria moderna, por sua vez, tende resolver o conflito da participação da mulher nas duas esferas de atividades, desde que desse origem a um novo tipo de família na classe operária, baseada em direitos iguais dos dois sexos”.*<sup>22</sup> A autora afirma ainda que as razões de Engels para acreditar nesta igualdade é ausência na família operária do fundamento principal para a existência da monogamia, a propriedade privada. E é a propriedade privada que diferencia o homem proletário do homem rico e que permite a este último o controle da sua mulher. *“Engels assim, localiza a opressão da mulher ao nível da participação na produção, liga o conflito entre os sexos ao aparecimento da propriedade privada e coloca a reconciliação entre ambos apenas quando a propriedade privada for abolida”.*<sup>23</sup> A autora Valéria Pena faz uma colocação crítica a presunção deste da linha de pensamento deste autor, *onde a família monogâmica desapareceria no proletariado assim que a mulher entrasse na indústria moderna, o que é*

---

<sup>20</sup> Pena, Maria Valéria Junho : Mulheres e Trabalhadoras, 1981. Pg. 65.

<sup>21</sup> Engels, Friedrich, op. cit., pg.137.

<sup>22</sup> Pena, Valéria : Mulheres e Trabalhadoras. Pg. 56.

<sup>23</sup> Rosalid Delmar : “Looking Again at Engels Origins of the Family, State and Private Proprety” p. 275.

*evidentemente falseada pelos próprios fatos.*<sup>24</sup> Acredita-se, assim como Valéria Pena que, uma sociedade que levou séculos para chegar a tal estágio de conflito sexual e de sujeição feminina e principalmente de desenvolvimento da propriedade privada não desapareceria tão facilmente. Corroborando com este raciocínio, tem-se o pensamento de Leon Trotsky; *“É necessário retirar as grandes da prisões com as quais a sociedade atual sufoca as mulheres, transformando-se senão em escravas, ao menos em bestas de carga”*. (...) *Enquanto a mulher está aprisionada ao trabalho doméstico, ao cuidado da família, à cozinha e à costura, todas suas possibilidades de participação na vida política e social estarão extremamente cortadas.*”<sup>25</sup>

Em linhas gerais, dos estudos acerca do trabalho feminino e a participação das mulheres na força de trabalho, nas obras de Marx e Engels são conceitualmente ricas e fascinantes, porém nas observações desse trabalho há alguns pontos de discordância, mais especificamente nas conclusões de Engels, que, em suas análises acreditava que a simples transformação da mulher em assalariada, trabalhando dentro da indústria, minaria por completo as bases da opressão familiar e social que ela sofria. Particularmente, considera-se que Engels não foi feliz nesta observação, por dois motivos principais : em primeiro lugar, ele não considerou que a opressão feminina é uma característica intrínseca de uma organização familiar monogâmica, a qual é possuidora de uma estrutura que levou séculos para ser construída e passou por estágios difíceis de serem revertidos ; em segundo e principalmente, o capitalismo se beneficia desta estrutura, na medida em que tem na mulher a reprodução da força de trabalho que explora. Engels esqueceu-se que, o

---

<sup>24</sup> Pena, Maria Valéria Junho : Mulheres e Trabalhadoras. Op. cit. Pg. 59.

<sup>25</sup> Leon, Trostsky; Mujer, Família y Revolucion, Barcelona, 1978. Pg. 20. APUD.

patriarcalismo e a monogamia permanecem na nova indústria levando a opressão feminina para dentro dela através das poucas chances de mobilidade, salários menores que os salários masculinos e muita instabilidade no emprego. A posição da mulher dentro da indústria continua de subordinação tal qual dentro da família e considerar que este processo se reverteria com a entrada de mulheres na grande indústria seria subestimar o poder e o domínio não só da monogamia, mas principalmente do próprio capital.

É interessante notar que, a respeito do papel da mulher na produção social, este de fato sempre esteve ligado diretamente a esfera privada da sociedade – a meu ver esta é uma questão em aberto - onde os cuidados com a casa e com os filhos e a manutenção da família através da maternidade. A partir da derrota da família matrilinear pela família patrilinear foi instituída a sujeição e subordinação feminina através do casamento, assegurando o controle da participação feminina em todas as esferas da sociedade. Este controle era feito pelo marido. Entende-se que o patriarcado reafirmou o papel doméstico e materno da mulher. Obviamente, era o Estado a instituição que garantia e perpetuava todo esse sistema de dominação que se completava com a dominação das classes sociais. Esta foi a base na qual o capitalismo se ergueu, a dominação do homem pelo homem, a dominação da mulher através do casamento e a dominação social através da propriedade privada. Foram as literaturas as quais lançou-se mão para a elaboração deste capítulo que me deram tais argumentos. O capital se utilizou de todo o sistema de dominação existente no patriarcado para sua própria dinâmica. Enfim, o capital se beneficiou de sistema de dominação já existente, ele não ignorou a importância que lhe teria a essência da família patriarcal para o seu desenvolvimento, ao contrário, a cada dia o capital reforça os padrões do

patriarcalismo. Neste contexto, o capitalismo precisa da subordinação feminina, não só dentro da fábrica como uma mão-de-obra barata, mas principalmente através do trabalho da mulher na esfera privada. São os afazeres domésticos, os cuidados com a casa, com os filhos e a maternidade que garantem ao capital a manutenção e reprodução da classe trabalhadora que a cada dia chega às fábricas para gerar mais e mais riquezas para os capitalistas.

## **2º CAPÍTULO**

### **A MULHER E O MERCADO : DEBATE TEÓRICO E REALIDADE BRASILEIRA**

Como vimos no capítulo anterior, antes do capitalismo, a participação da mulher na esfera pública não existia enquanto força de trabalho produtiva e valorizada, o espaço feminino se restringia a esfera privada e o seu trabalho se resumia nas atividades domésticas. O advento da grande indústria se constituiu no momento da inserção em massa de mulheres na produção social. Foi a partir do surgimento da grande indústria moderna e da introdução de máquinas nas fábricas que a força de trabalho feminina foi introduzida no mercado de trabalho. *“É sob o capitalismo que, pela primeira vez, a mão-de-obra feminina é objeto de remuneração”*.<sup>26</sup>

Com o desenvolvimento do capitalismo o sistema de produção da indústria também evoluiu. Nesse sentido, dentro do sistema de produção a distância entre produto e trabalhador tornou-se cada vez maior no que tange a execução e concepção. As inovações tecnológicas chegaram às fábricas para completar o que havia sido iniciado na manufatura, a alienação do trabalhador. No início do século XX, dos sistemas de produção que deram início a este processo tecnológico, estão o fordismo e o taylorismo. O fordismo se caracterizou pela introdução da esteira

rolante na linha de produção. A repercussão imediata desse sistema foi sobre o ritmo da produção, se antes era o trabalhador que impunha o seu próprio ritmo à máquina, com a esteira, era a máquina que comandava o ritmo do trabalhador. Por fim, o fordismo separou definitivamente a concepção e a execução do produto, fragmentando o trabalho de forma a torná-lo simplificado, repetitivo e monótono. A partir daí o trabalhador perdeu suas qualificações para a máquina. Com o sistema taylorista de produção ocorreu a intensificação do trabalho a partir de um estudo de tempos e movimentos para a execução das tarefas afim eliminar os movimentos inúteis e a porosidade no processo produtivo. Esses dois métodos de produção alcançaram surpreendentes resultados no tocante à produtividade, porém ainda era possível aumentar mais a produção. No estágio atual de modernização do processo produtivo estamos na era da automatização a chamada reestruturação produtiva. É a chamada terceira revolução industrial que se iniciou nos anos 70 e ainda se encontra em curso. *“A reestruturação produtiva e industrial consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras (Miranda, 1993), visando a atender às necessidades de garantia de lucratividade. Nesse processo, a introdução das novas tecnologias informatizadas tem desempenho papel fundamental”.*<sup>27</sup>

Nesta recente evolução econômica das formas de produção a participação feminina no mercado de trabalho em todo o mundo tem sido cada vez maior. No Brasil a década de 70 marcou o início da implantação dessas inovações

---

<sup>26</sup> Castro, Mary G./ Lavinas, Lena : Do Feminino ao Gênero : A Construção de um Objeto. Pg. 237

<sup>27</sup> Corrêa, Maíra Baumgarten : Reestruturação Produtiva e Industrial. Pg. 202.

tecnológica, embora de forma mais precária o que gerou concentração de renda e exclusão do mercado de trabalho. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 70 despertou o interesse e a curiosidade do grande público para as questões que envolvem a mulher no mercado de trabalho, principalmente sob o novo contexto do capitalismo. Esse crescimento da participação feminina concomitante a um processo de implantação de novas formas de produção foi o motivo da escolha do período a partir da década de 70, onde se inicia no Brasil a introdução desse novo paradigma.

Como se sabe a participação feminina no mercado de trabalho não se restringe unicamente às oportunidades que este pode lhe oferecer ( como no caso do homem) por trás disto sempre há um amplo contexto familiar. Toda questão que envolve a mulher também envolve a família, bem como a posição que ela ocupa dentro dela. Partindo deste pressuposto as características pessoais como escolaridade, idade e estado civil também perpassam pelo aspecto familiar e certamente serão variáveis fundamentais nesta análise. As primeiras pesquisas e os principais estudos sobre a participação feminina no mercado de trabalho datam de meados dos anos 70 neles buscava-se as justificativas e respostas sobre as principais causas que levaram centenas de mulheres a buscarem trabalho intensamente, disputando com os homens um espaço no mercado de trabalho. Nestes trabalhos encontrou-se a base e o material necessários para a elaboração deste capítulo. Entretanto procurou-se compreender estas literaturas dentro de uma perspectiva diferente da que tem sido usualmente utilizada até hoje sobre a mulher e o mercado de trabalho. Além de traçar o perfil da força de trabalho feminina no Brasil a partir das citadas variáveis, pretendo contribuir para uma melhor

compreensão sobre a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. E ainda com base nas informações de vínculo empregatício (salários e horas trabalhadas) avaliar suas reais condições de trabalho num propósito de compreender a subordinação feminina como trabalhadora questionando os mitos sobre suas reais motivações profissionais.

**TABELA 1**  
**EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA PEA**  
**1950 - 1980**  
**BRASIL**

| <b>ANOS</b> | <b>% MULHERES NA PEA</b> |
|-------------|--------------------------|
| <b>1950</b> | <b>14,7</b>              |
| <b>1960</b> | <b>17,9</b>              |
| <b>1970</b> | <b>21,0</b>              |
| <b>1980</b> | <b>28,0</b>              |

Fonte : Censos Demográficos - IBGE.

No capítulo anterior vimos que no início do século XX, o surgimento da indústria moderna e o advento das guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), marcaram a volta das mulheres às atividades produtivas, elas ganharam a esfera pública, exclusividade masculina, desde o patriarcado.<sup>28</sup> No Brasil, os reflexos desta mudança só foram sentidos muito tempo depois, nos primeiros anos de 70, quando inúmeras mulheres, incentivadas pelos movimentos de emancipação feminina, invadiram o mercado de trabalho. Nessa época alguns fatos marcaram o aumento percentual de mulheres em atividades econômicas,

<sup>28</sup> Massi, Marina : Vida de Mulheres; pg. 52.

como por exemplo o crescimento considerável da sindicalização das operárias, os benefícios do Estado no amparo às crianças, e o 1º congresso das operárias metalúrgicas do sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema realizado em 1978. Outra peculiaridade desse período, foi a diversificação do trabalho feminino em diferente ramos de atividade, saindo daqueles considerados tradicionalmente femininos como têxtil e confecção para ocupar postos de trabalho nos ramos da metalurgia e química.<sup>29</sup>

**TABELA 2**  
**Evolução do Crescimento da mão-de-obra na Indústria de Transformação**

| <i>Indústria</i>                  | 1970          |                 | 1980          |                 |
|-----------------------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
|                                   | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> | <b>Homens</b> | <b>Mulheres</b> |
| <i>(total)</i>                    | 4.782.248     | 642.114         | 8.885.592     | 1.789.025       |
|                                   | 88,2%         | 11,8%           | 83,2%         | 16,8%           |
| <i>Indústria de Transformação</i> | 2.633.050     | 608.811         | 5.180.545     | 1.678.053       |
|                                   | 81,2%         | 18,8%           | 75,6%         | 24,5%           |

Fonte : IBGE : Censos Demográficos, 1970 e tabulações avançadas do recenseamento demográfico de 1980.

#### A Participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA)<sup>30</sup>

teve seu crescimento bastante acelerado no Brasil entre as décadas de 70 e 80,

<sup>29</sup> Lobo, Elizabeth : A classe Operária tem dois Sexos.

<sup>30</sup> Fração da População Total com idade igual ou superior a 10 anos de idade que esteja trabalhando ou a procura de trabalho.

chegando a quase 30% em 1980.<sup>31</sup> O aumento da força de trabalho feminina se deu basicamente na indústria de transformação, mas especificamente nos ramos de atividade considerados tradicionalmente femininos como o têxtil, o vestuário e o de calçados, e só a partir dos anos 80 as mulheres penetraram noutros ramos, como a indústria metalúrgica e química.<sup>32</sup> Em resumo, a descentralização do trabalho feminino para outros setores industriais aliada à própria luta feminina por mais espaço no campo profissional justificam o crescimento do emprego das mulheres entre 1970 e 1980 em especial na indústria de transformação. “Se avaliarmos a evolução do crescimento da mão-de-obra na indústria de transformação brasileira nas últimas três décadas, verificamos que desde 1950 a mão-de-obra feminina crescia à taxa anual de 2,3% ao ano e, entre 1970 e 1980, passa a crescer 10,6% ao ano, ou seja, o processo de incorporação de mulheres à indústria se acelera bruscamente na década de 70 (...) As taxas foram calculadas de acordo com os censos demográficos dos citados anos”.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> Pastore, José : A Mulher e o Menor na Força de Trabalho, pg.18.

<sup>32</sup> Lobo, Elizabeth : op. cit.

<sup>33</sup> Gitahy, 1981. APUD.

## **2.1. As Teorias Sobre a Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho.**

A maioria da literatura existente a respeito do trabalho feminino atribui o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho a fatores puramente econômicos e mercadológicos tais como a queda do rendimento familiar, o desemprego do cônjuge, ou o aumento da pobreza. Enfim, a mulher não teria nenhum poder de decisão sobre quando e como se daria sua inserção no mercado de trabalho. Percebi isso como uma espécie de omissão à realidade dos fatos, uma lacuna enorme deixada pelos cientistas sociais relativamente à dinâmica do trabalho feminino. Esta entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas levou Elizabeth Lobo<sup>34</sup> a tecer comentários de teses de certos autores latino-americanos que explicam, pela articulação de quatro fatores principais, a participação feminina na força de trabalho industrial e os motivos que levaram as mulheres a invadirem os postos de trabalho nos últimos anos aumentando sensivelmente esta participação no mercado.

*1. a obrigação de contribuir no orçamento familiar, causada pela queda no salário real, a partir de 1964;*<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Lobo, Elizabeth : A classe operária tem dois sexos. Pg. 19

<sup>35</sup> DIEESE : Família Assalariada : padrão e custo de vida, SP, 1973 - APUD.

A obrigação de contribuir para o orçamento familiar em tempos de crise é um dos principais argumentos utilizados para justificar a inserção de mulheres no mercado de trabalho. É compreensível que em períodos de crise os fatores econômicos influenciem na intensidade da inserção desta força de trabalho, porém o crescimento do emprego feminino não pode estar atrelado unicamente às flutuações do mercado, a mão-de-obra feminina tem suas próprias peculiaridades, a prova disto é o crescimento da participação feminina nas últimas décadas, só entre 1950 e 1980 esta participação cresceu 90%, independente dos altos e baixos do salário real e das crises econômicas do País.

*2. a natureza e a dinâmica do crescimento no Brasil, que ocasionou, principalmente em certos segmentos da indústria metalúrgica, a criação de grande número de novos empregos que exigiam habilidade, destreza e comportamento minucioso, qualidades “próprias” da mão-de-obra feminina;*

Nesta segunda articulação, é atribuído à mulher um comportamento minucioso e detalhado, o qual justificaria o exercício de atividades burocráticas e simplificadas por mulheres. É possível que tal característica nas mulheres seja mais perceptível, mas daí a considerar tal postura uma exclusividade feminina há uma grande distância. Na realidade esta afirmação tenta camuflar a discriminação sobre a capacidade feminina de atuar em setores econômicos que não os considerados tipicamente femininos, criando um obstáculo à inserção e a mobilidade das mulheres no mercado de trabalho.

**3.** *as modificações na organização do processo de trabalho, que se traduziram, nas grandes empresas, por uma decomposição mais acentuada das tarefas e portanto, por um trabalho mais simples, mais rotineiro, menos qualificado o que permite a utilização de mão-de-obra nova, não-qualificada ou semiquificada;*<sup>36</sup>

O argumento de que a mão-de-obra feminina é menos qualificada que a masculina, é outra forma de discriminação, pois só assim se justificaria os cargos subalternos que são reservados para as mulheres e os baixos salários recebidos por elas em ocupações iguais. De acordo com DIEESE, para um mesmo nível salarial exige-se das mulheres maior nível educacional<sup>37</sup>. Atualmente existem dados que provam facilmente que as mulheres são tão qualificadas quanto os homens, e dependendo do contexto que se observa talvez elas sejam até mais qualificadas. Pelos dados do Anuário Estatístico Brasileiro de 1992, 57% do segmento feminino detinha o curso colegial completo, contra 43% dos homens. “Elas já compõem 52% do contingente universitário nacional, 42% do total de diplomados em Direito, 62% em Ciências Médicas e 19% em Engenharia. Não precisa mais casar com doutor. Ela mesma pode ser médica.”<sup>38</sup>

**4.** *as mudanças no processo de trabalho, que provocam a transferência a nível burocrático, das funções de planificação e de organização, da indústria e por*

---

<sup>36</sup> Ver Humphrey (1981) APUD.

<sup>37</sup> “Pesquisa dirigida pelo DIEESE com base em dados colhidos junto ao Ministério do Trabalho o concernentes aos trabalhadores metalúrgicos do Estado de São Paulo em 1970 e 1975 revela que para um mesmo nível salarial exige-se das mulheres um nível educacional superior.” - Documento elaborado para o 1 Congresso das Mulheres Metalúrgicas em São Paulo, mimeo, 1978. APUD.

*isso, a criação de cargos de execução simplificados, ocupados de preferência por mulheres.*<sup>39</sup>

A grande participação feminina em atividades meramente burocráticas e/ou simplificadas é um fato muito mais complexo que vai além desta resposta tão simplificada. Embora todas as articulações sejam verdadeiras, nelas assim como nesta última esta embutida a omissão destes estudiosos para com as mulheres, procurando, antes, discutir o comportamento do mercado de trabalho e ignorando as raízes do trabalho feminino. Na realidade a inserção feminina em atividades burocráticas exige outras explicações que tenham maior correlação com as oportunidades oferecidas as mulheres pelo mercado. Afinal, se a elas só são oferecidos trabalhos na área burocrática, não é de se admirar que a participação feminina nestes ramos seja maior.

È muito comum encontrar-se nas conclusões dos estudos de muitos sociólogos a idéia de que a mulher entra no mercado como “trabalhadora adicional” ou como “trabalhador substituto” nos momentos em que a economia do País entra em crise, especialmente se o cônjuge perde o emprego ou se há uma queda no renda familiar. Essas conclusões parecem ainda discutíveis, pois nos estudos de Cain, verificou-se inúmeras provas de a participação feminina em períodos críticos também cai, e que nos ciclos de boom ela cresce<sup>40</sup>. Segundo as observações de Cain, embora nos períodos de crise muitas mulheres de fato entrem no mercado de trabalho como “trabalhadores adicionais”, há uma maior

---

<sup>38</sup> REVISTA VEJA. AGOSTO-SETEMBRO, 1994. APUD

<sup>39</sup> Em sua análise sobre a distribuição do emprego feminino, Brisolla, nota um grande aumento da participação das mulheres nas funções burocráticas : passam de 36,5% em 1970, para 54,3% em 1978. Ver Brisolla (1981). APUD.

<sup>40</sup> Cain, G., “Work by Womem : Does this Substitute for Work by men ?” , Madison, 1982. APUD

proporção delas que também são penalizadas com o desemprego e se incluem entre aqueles trabalhadores desencorajados de procurar emprego. Convém lembrar que esta pesquisa focalizou basicamente a década de 70, que como se sabe, foi um período favorável para a expansão do emprego e da renda familiar, e portanto favorável também ao aumento da inserção feminina no mercado de trabalho<sup>41</sup>.

Será então que o indivíduo do sexo feminino só entra no mercado de trabalho como “trabalhador adicional ou substituto” ? De fato, há um maior incremento de mulheres no mercado de trabalho nos momentos de crise econômica, mas o que dizer então daquelas muitas mulheres que juntamente com os homens também foram afetadas pelo desemprego exatamente na crise dos primeiros anos de 80 ? “Nos estudos realizados por Cain em vários países que entram em períodos recessivos, é comum verificar entre os casais, em ambos os cônjuges trabalhem e o marido perde o emprego, em 50% dos casos a mulher também perde.”<sup>42</sup> No Brasil as dificuldades econômicas tem efeitos diferenciados sobre ambos os sexos onde considerou-se os argumentos de outros autores a este respeito pouco esclarecedores e discriminatórios, principalmente porque, em geral, o trabalho feminino é identificado simplesmente como secundário e complementar, inclusive em termos de salários do correspondente aos homens.

---

<sup>41</sup> Pastore, J., et al, *Mudança Social e Pobreza no Brasil : 1970/80*, São Paulo : FIPE, 1982.

<sup>42</sup> Cain, G., “Work by Womem....”op. cit.

**TABELA 3**  
**NÍVEIS EDUCATIVOS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA POR SEXO**  
**(1980 - 1988)**

| ANOS DE ESTUDO                | 1980 Segundo Censo |          |       | 1988 Segundo Pesquisa |          |       |
|-------------------------------|--------------------|----------|-------|-----------------------|----------|-------|
|                               | Homens             | Mulheres | Total | Homens                | Mulheres | Total |
| s/ ensino e menos de 1 ano    | 26,7               | 27,7     | 52,8  | 19,0                  | 19,0     | 51,5  |
| 1 a 3 anos                    | 25,3               | 24,2     | 49,4  | 24,4                  | 23,1     | 50,2  |
| 4 a 8 anos                    | 36,7               | 36,5     | 50,0  | 40,0                  | 40,1     | 51,5  |
| 9 a 11anos                    | 7,2                | 8,2      | 53,8  | 10,8                  | 12,3     | 54,8  |
| 12 e mais anos                | 4,0                | 3,2      | 45,4  | 5,7                   | 5,3      | 49,5  |
| Não identificados e ignorados | 0,1                | 0,2      | 51,9  | 0,1                   | 0,2      | 52,5  |
| Total                         | 100,0              | 100,0    | -     | 100,0                 | 100,0    | -     |

Nota : corresponde a população de 10 e mais anos de idade.

Fonte : IBGE, Censo 1980. IBGE, PNAD, 1988.

Na década de 80 observou-se quão rápida foi a evolução feminina no campo educacional. No início da década o analfabetismo entre as mulheres era maior que entre os homens (27,7% de mulheres analfabetas contra 26,7% de homens analfabetos) e o percentual feminino nas faixas de maior grau de estudo era inferior aos masculino (4% dos homens com mais de 12 anos de estudo contra 3,2% de mulheres). Porém no final dos anos 80 o quadro encontrado já é bem diferente, as diferenças quase não existem, e embora o analfabetismo tenha caído no total geral, sua queda entre as mulheres é bem mais intensa, na medida em que elas se encontravam anteriormente em patamares inferiores e agora igualava-se aos níveis educacionais masculinos, mostrando uma forte capacidade de desenvolvimento e

adaptação às exigências dos mercado de trabalho, num curto espaço de tempo. O analfabetismo entre as mulheres caiu de 27,7% em 1980 para 19% em 1988, mesmo percentual masculino (tabela3). Este quadro é a prova maior de que, nos últimos anos, as mulheres tem se lançado também nas salas de aula em busca de qualificação educacional e profissional na tentativa de poder concorrer, em pé de igualdade, às oportunidades oferecidas aos homens pelo mercado de trabalho.

**TABELA 4**  
**TAXAS MASCULINAS E FEMININAS DE ATIVIDADE**  
**POR ESCOLARIDADE, 1983**

| Anos de<br>Estudo             | Brasil |          |
|-------------------------------|--------|----------|
|                               | Homens | Mulheres |
| s/ instrução e menos de 1 ano | 72,9   | 28,7     |
| 1 a 4 anos                    | 72,3   | 31,4     |
| 5 a 8 anos                    | 74,8   | 34,9     |
| 9 anos e mais                 | 85,8   | 60,2     |

Fonte : PNAD, tabela 3.2

Outro aspecto relevante sobre a escolarização feminina são as taxas de atividade por grau de instrução, nestas taxas se observa uma relação que mostra que à medida que aumenta os anos de estudo aumenta também a taxa de atividade, o que significa dizer que aquelas com maior nível de educacional são mais facilmente absorvidas pelo mercado de trabalho. O mesmo não ocorre com as taxas de atividade masculina, que permanecem num mesmo patamar independente do número de anos de estudo, tendo comportamento diferente somente na faixa educacional mais alta, onde as taxas de atividade de ambos os sexos dão um salto,

sendo o crescimento da taxa feminina mais expressiva. Em 1983, 60,2% das mulheres com 9 anos e mais de estudo encontravam-se ocupadas (tabela 4). Uma justificativa para esta correlação entre as taxas de atividade feminina e os anos de estudo pode estar na tendência das mulheres com maior nível educacional e melhor situação financeira optarem por ter menos filhos, e poder montar uma estrutura adequada que lhes permita trabalhar após a chegada deles (babás, empregada doméstica, etc), o que na realidade também está diretamente ligado à condição financeira, em geral, característica daqueles que possuem mais anos de estudo. Outro agravante é que o nível educacional possibilita ocupações mais gratificantes e melhor remuneradas o que certamente atrai o segmento mais escolarizado para o mercado de trabalho. Isto remete a outra questão : o trabalho intelectual proporciona as mulheres um prazer e uma satisfação profissional que o trabalho manual está longe de proporcionar àquelas mulheres que não tem instrução e que fazem parte das classes sociais mais pobres. Além disto, as mulheres da classe rica da população tem condições de adquirir instrumentos impensáveis para muitas mulheres pobres, eletrodomésticos como a máquina de lavar e o microondas, verdadeiros ajudantes de cozinha, que facilitam e muito os afazeres domésticos. Neste sentido, as mulheres pobres trabalham em condições totalmente diferentes e adversas àquelas que possuem melhor situação financeira. As questões que envolvem o trabalho intelectual e o trabalho manual apresentam os dois lados do trabalho feminino que ainda serão abordados ao longo deste trabalho, a satisfação e a alienação do trabalho.

## **2.2. A Inserção Discricionária da Mulher no mercado de Trabalho : Motivos Extra Econômicos.**

Como vimos no tópico anterior, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nos últimos anos, levou a inúmeros estudos a respeito deste segmentos populacional e sua participação no mercado de trabalho. Porém, em sua maioria, estes trabalhos chegavam a uma simples conclusão o crescimento da participação feminina na PEA era resultado de um empobrecimento generalizado da população que impulsionou esposas e filhas a ajudar com os gastos familiares, ou seja elas trabalhavam apenas para contribuir na renda familiar. O fato de que o empobrecimento da população levou muitas mulheres ao mercado de trabalho é inegável, contudo é fundamental que se diga que existem fatores independentes destes mencionados que também impulsionam a mulher a se inserir no mercado de trabalho. A crescente participação feminina na produção social, possui causas com explicações bem mais profundas, que vão além das flutuações da economia do país, faz parte de uma estratégia feminina na tentativa de reversão de sua condição de submissão e subordinação social e familiar que emerge da própria essência do patriarcalismo. “A participação dos indivíduos do sexo feminino na produção social não se define apenas pelas condições do mercado, pela estrutura de emprego ou, mais genericamente, pelo nível de desenvolvimento da sociedade, mas também por sua posição na família e

pela classe social à qual pertence o grupo doméstico.”<sup>43</sup>Muitas vezes a posição ocupada pela mulher na família ou na sociedade, determina suas reais possibilidades. Filha, esposa ou mãe, são etapas da vida feminina que definem suas necessidades e explicam seu deslocamento dentro do mercado de trabalho. Subjugada a uma identidade de reprodutora e mantenedora da força de trabalho e da família, a mulher dos anos noventa ainda é discriminada por ser mulher e só tem acesso às piores e mais escassas oportunidades de trabalho, sua ascensão profissional é lenta e sua remuneração é inferior à do homem.<sup>44</sup>

### **2.2.1. MULHER E MERCADO - IDADE E ESTADO CIVIL**

Dentre as variáveis que determinam o perfil da força de trabalho feminina no Brasil estão dois fatores que afetam diretamente a participação da mulher nas atividades econômicas do mercado, o fator individual idade e o familiar estado civil. As possibilidades que uma mulher tem de se inserir ou não no mercado de trabalho estão sempre relacionadas a estas duas variáveis. Com relação à idade existem peculiaridades bem distintas entre homens e mulheres na participação na população economicamente ativa (PEA) : enquanto a participação masculina dá sinais de declínio somente com o avançar da idade e a chegada da aposentadoria, a participação feminina começa a declinar logo após os 25 anos sinalizando os efeitos do casamento e a maternidade, e não mais retornando às

---

<sup>43</sup> Bruschini, Cristina - Mulher e Trabalho : uma avaliação da década da mulher. (1975 - 1985)

<sup>44</sup> VEJA, AGO-SET/1994 ( as mulheres são minoria entre os altos executivos, 2%, contra 6% nos EUA, e ganham em média 43% menos que os homens) Rendimento Nominal Médio Mensal das pessoas ocupadas - 1990 SM's / PNAD, 1990.

atividades econômicas.<sup>45</sup> Ressalta-se que esta queda é exatamente na faixa etária em que a mulher atinge o auge de sua capacidade produtiva. Porém, uma queda mais radical só é observada realmente após os 50 anos, ou seja ainda existem muitas mulheres que não abandonam o trabalho por motivos domésticos, provavelmente, estas mulheres se enquadram dentre aquelas que possuem condições de montar uma estrutura de apoio.<sup>46</sup> Como já citado anteriormente esta estrutura de apoio é um privilégio de poucas mulheres, exatamente aquelas possuem condições financeiras favorável a contratação de outras mulheres, estas não tão agraciadas, para realizar as atividades domésticas, cuidar dos filhos, etc. Aqui deveria haver a participação determinante do papel do Estado. Se o Estado proporcionasse às mulheres das classes sociais de baixa renda, condições de vida que lhes permitisse trabalhar dignamente, estas mulheres vislumbrariam melhores condições de trabalho, eliminando boa parte das dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

**TABELA 5**  
**SITUAÇÃO DE ATIVIDADE E FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES**

| IDADE        | PEA          |              |
|--------------|--------------|--------------|
|              | OCUPADA      | INGRESSANTE  |
| 10-14        | 6,2          | 9,7          |
| 15-17        | 9,9          | 21,7         |
| 18-24        | 26,0         | 51,7         |
| 25-34        | 24,9         | 14,1         |
| 35-44        | 18,2         | 2,8          |
| 45-59        | 12,3         | 0,0          |
| 60 E MAIS    | 2,5          | 0,0          |
| <b>TOTAL</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Fonte : PNAD - 76 . Tabulação dos autores

<sup>45</sup> Bruschini, Cristina : Mulher e Trabalho : a década da mulher (1975-1985) pg.128

<sup>46</sup> Mulheres Latino Americanas, em dados - Ministério de Asuntos Sociales - Instituto de La Mujer, 1993 - pg. 43.

A situação conjugal da população feminina brasileira apresenta uma grande proporção de mulheres maiores de 15 anos com companheiros e uma considerável proporção de divorciadas e viúvas. Comparativamente o maior número de solteiros encontram-se entre os homens, bem como o maior número daqueles com parceiros, já que o número de viúvos e divorciados é bem menor<sup>47</sup>. Essas diferenças entre homens e mulheres decorrem do fato de que as mulheres permanecem mais tempo separadas do que os homens e enviuvam mais porque tem vida mais longa<sup>48</sup>.

**TABELA 6**  
**TAXAS DE ATIVIDADE FEMININA \* POR ESTADO CIVIL**

| Estado                        | Brasil      |             |
|-------------------------------|-------------|-------------|
|                               | 1970        | 1980        |
| Conjugal                      |             |             |
| <b>Solteiras</b>              | <b>37,0</b> | <b>33,2</b> |
| <b>Casadas</b>                | <b>9,8</b>  | <b>19,5</b> |
| <b>Separadas **</b>           | <b>44,4</b> | <b>56,7</b> |
| <b>Viúvas</b>                 | <b>20,7</b> | <b>18,7</b> |
| <b>Unidas Consensualmente</b> | <b>12,8</b> | <b>24,7</b> |
| <b>s/ declaração</b>          | <b>26,6</b> | <b>27,0</b> |

Fonte : 1970 - Ministério do Trabalho, 1976, tabela VI p.74.1980 - Mão-de-Obra, Censo Demográfico, tabela.1.3.

\* Porcentagens de economicamente ativos sobre o total de mulheres de mais de 10 anos em cada categoria.

\*\* O grupo dos separados inclui também os desquitados e divorciados.

<sup>47</sup> Em 1970, 58,3% dos casados eram homens e 57,1% eram mulheres ; 37,4% dos solteiros eram homens e 30,4% eram mulheres ; 3,3 dos divorciados ou separados eram mulheres e 1,7% eram homens e 8,8% dos viúvos eram mulheres e 2,5% eram homens. Em 1989, 58,1% dos casados eram homens e 56% mulheres; dos solteiros 37,3% são homens e 31,1% mulheres; dos divorciados e separados 3,4% são homens e 1,5% mulheres; dos viúvos 8% são mulheres e 1,8% homens. IBGE, Censo, 1970. IBGE, PNAD, 1989.

<sup>48</sup> IBGE

O estado civil das mulheres afeta diretamente sua participação no mercado de trabalho. Em geral, nos estudos acerca do trabalho feminino é comum apontar-se ainda uma pequena proporção de mulheres casadas no mercado. As taxas de participação das casadas são as mais baixas, resultado da cultura discriminatória do País. As condições sócio-econômicas também influenciam em muito a presença das mulheres casadas no mercado de trabalho, ou seja, a participação daquelas de classes sociais financeiramente elevadas é bem maior, pois como já foi dito, por terem melhor nível educacional, optam por terem menos filhos e possuem infra-estrutura para conciliar as atividades domésticas às econômicas<sup>49</sup>. As taxas de atividade mais altas encontram-se entre as mulheres separadas, por questões óbvias, sem a ajuda financeira do cônjuge elas não tem outra opção a não ser tornar-se chefe do domicílio e arcar com todas as responsabilidades da casa. Em seguida vem as taxas das solteiras que, via de regra, são as prediletas dos empregadores.

### **2.2.2. MERCADO E JORNADA DE TRABALHO**

No tocante a jornada de trabalho feminina, existem no Brasil, certas argumentações de que esta seria inferior à jornada masculina, o que segundo alguns sociólogos, justificaria inclusive os baixos salários femininos, já que trabalhando menos seria justo que ganhasse menos. Porém os dados facilmente contradizem tais argumentos. Ora, as mulheres atingem entre os 20 e 24 anos de

---

<sup>49</sup> Zylbersteyn, Hélio : A mulher e o menor....., 1985, pg.22.

idade sua máxima capacidade produtiva<sup>50</sup>, e obviamente neste período ela trabalha em tempo integral, 78% das mulheres ocupadas encontravam-se nesta situação em 1980 (tabela 7). Quem determina a quantidade de horas de trabalho não é o trabalhador é a oferta do mercado e se a mulher conquistou a possibilidade de realizar uma atividade econômica ela o fará independente do número de horas que lhe tome, o mercado de trabalho não é flexível à disponibilidade do trabalhador, principalmente num país de 3º mundo.

**TABELA 7**  
**PORCENTAGENS DE TRABALHADORES OCUPADOS EM TEMPO**  
**INTEGRAL, \* POR SEXO E IDADE - 1980**

| GRUPOS<br>DE IDADE | BRASIL |          |
|--------------------|--------|----------|
|                    | HOMENS | MULHERES |
| 10 - 19 ANOS       | 80,5   | 77,9     |
| 20 - 24 ANOS       | 91,8   | 78,0     |
| 25 - 34 ANOS       | 93,3   | 70,5     |
| 35 ANOS E MAIS     | 89,0   | 66,2     |
| TOTAL              | 89,9   | 72,2     |

Fonte : Censo demográfico, mão-de-obra, 1980 - Brasil, tabela.1.21. \* mais de 40 horas semanais em todas as ocupações

A dupla jornada de trabalho é basicamente uma característica do trabalho feminino. Essa temática é fortemente sentida pelo segmento feminino que trabalha fora de casa. Isto acontece porque, historicamente a mulher ficou encarregada dos afazeres doméstico na esfera privada e o homem responsabilizou-se pelo trabalho na esfera pública. “A ideologia se encarregou do resto,

<sup>50</sup> Bruschini, Cristina : Mulher e Trabalho.....(1975-1985) pg.138.

transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em uma “natural”, própria à biologia de cada sexo”.<sup>51</sup>Via de regra, o espaço privado é feminino e o espaço público é masculino. É exigido das mulheres que ocupam os dois espaços que, no espaço privado dê conta da casa com muita habilidade, e no espaço público se mostre capaz e eficiente. Tudo isso a ser conciliado nos dá a perfeita visão do que é a dupla jornada de trabalho. A jornada de trabalho da esfera privada e a jornada de trabalho da esfera pública. Trabalhar fora de casa não significa de forma alguma para a sociedade que as mulheres tenham que negligenciar seus afazeres domésticos, pelo contrário, elas de maneira alguma devem permitir que o fato de trabalharem fora interfira em suas responsabilidades com a casa e a família. Culturalmente, é desta forma que é disseminada a questão da dupla jornada de trabalho, mas contudo é necessário dizer, já foram encontradas algumas brechas que permitem vislumbrar uma perspectiva de futuro de mutua colaboração dentro da família no espaço doméstico, onde aos poucos e discretamente alguns homens já estão se conscientizando de que também são responsáveis pelo bem estar em família e principalmente o quanto é importante participar com a esposa na conciliação das esferas privada e pública.

### **2.2.3. A REMUNERAÇÃO DO TRABALHO FEMININO.**

As mulheres brasileiras vem a cada ano ocupando mais espaço no mercado de trabalho, mas ainda hoje são discriminadas e ganham menos que os

---

<sup>51</sup> Bruschini, Cristina. 1986:44. APUD.

homens. Segundo a PNAD<sup>52</sup> (1990) as mulheres ganham, em média, 43% menos que os homens, já de acordo com os dados da ONU<sup>53</sup>, elas ganham 24% menos que os homens e 40% menos, segundo o IBGE<sup>54</sup>. A triste relação entre mulher e pobreza no Brasil é um dos pontos centrais no que tange à remuneração do trabalho feminino, é a junção da segregação de gênero com a segregação econômica se refletindo de forma dramática sobre o sexo feminino<sup>55</sup>. De acordo com a Lei Trabalhista brasileira homens e mulheres deveriam ganhar o mesmo para ocupar cargos iguais, mas, não é o que acontece, as ocupações de maior remuneração ainda se concentram em mãos masculinas. A diferença salarial é certamente a principal discriminação sofrida pelas mulheres, e embora os empresários insistam em negar e a sociedade insista em não enxergar, ela existe e está embutida em faixas salariais classificatórias que permitem salários diferenciados para cargos iguais. A diferença salarial hoje é camuflada. “Uma empresa tem dois diretores desempenhando a mesma função. Para que o homem ganhe mais, receberá um cargo com nome diferente. Será diretor de finanças, por exemplo. Ela, diretora de recursos humanos.<sup>56</sup> Outra maneira de se comprovar a existência desta discriminação é analisando os dados referentes as escalas salariais. Em 1977, 18,6% das mulheres ocupadas não tinham renda nenhuma e 76,6% delas só auferiam até 1 S.M, e o pior, apenas 2,7% ganhavam acima de 5 S.M’s. Neste mesmo período, apenas 8,9% dos homens ocupados não obtinham rendas e a maior parte deles percebia de ½ a 5 S.M (70,3%). Em 1988 o percentual de mulheres

---

<sup>52</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio - PNAD.

<sup>53</sup> Organização das Nações Unidas – ONU.

<sup>54</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<sup>55</sup> De acordo com a CEPAL, em 1979, um 39% da população era pobre, e em 1987 o nível elevou-se a 40%.

ocupadas sem renda caiu para 10,5%, enquanto que 50% superou a faixa de 1 S.M, estas cifras entre os homens ocupados foi de 6,4% e 30% (tabela 8). Neste contexto observa-se que, apesar de todas as conquistas femininas através do seu esforço e sua maior participação no mercado de trabalho, a trabalhadora brasileira continua sendo mal remunerada, muitas vezes ocupando os mesmos cargos. O abismo salarial entre homens e mulheres se traduz na maior e mais contundente injustiça contra as mulheres, é uma discriminação imposta a elas por uma sociedade individualista que acredita que se consegue ir adiante apenas com o esforço pessoal.

Comparativamente a outros países, a situação da trabalhadora brasileira deixa muito a desejar, enquanto na França a diferença salarial entre homens e mulheres é de 30% e na Alemanha 26%, aqui no Brasil esta diferença pula para 43%<sup>57</sup>. Dadas estas condições a que é submetida a nossa trabalhadora fica um questionamento, porque a nossa sociedade não abre possibilidades para que se encontre um equilíbrio entre homens e mulheres, não só em salários mais justos, mas também no momento da inserção no mercado de trabalho e na ascensão profissional, alcançando assim uma sociedade mais justa e humana. Contra todos os dados e argumentos ainda há aqueles que insistam em afirmar que discriminação sexual é coisa do passado...os tempos são outros...homens e mulheres trabalham em iguais condições. È, os tempos são outros, mas, a sociedade ainda traz consigo a cultura de opressão feminina de origem patriarcal. No Brasil a ascensão feminina dentro de uma profissão é muito lenta, entre os

---

<sup>56</sup> Estudo do professor Roberto Venosa - Revista VEJA. Agosto - Setembro, 1994.

altos executivos então, elas são minoria, apenas 2% destes cargos são ocupados por mulheres contra 6% nos EUA, com o agravante de que quanto mais “feminina” a ocupação, mais mal remuneradas as mulheres em relação aos homens.<sup>58</sup> Com dados do Ministério do Trabalho de 1985, a socióloga Cristina Bruschini constatou que a experiência e a estabilidade profissional também não são de grande valia para a mobilidade feminina ou para que elas consigam melhores salários “entre os empregados com até seis meses de casa as médias salariais eram de 1,6 salário mínimo para os homens e 1,4 para as mulheres. A partir de cinco anos ou mais no emprego, as desigualdades se acentuavam, com os homens atingindo 4,1 salários e as mulheres, 2,9, ou seja, a discriminação não traduz pelo veto as mulheres nos setores produtivos, e sim pela diferença de remuneração ao longo de sua vida profissional”.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Estudo desenvolvido pela cientista política Sônia de Avelar - Revista VEJA. Agosto - Setembro, 1994.

<sup>58</sup> Estudo de Sônia Avelar - Revista VEJA, op. cit.  
Bruschini, Cristina. Revista VEJA., op. cit

Além disto e dos limites que lhe são impostos pela sua posição dentro da família, outra grande discriminação enfrentada pelas mulheres é o caráter complementar e secundário a que são relegadas as atividades que são realizadas por elas, que, em geral, ainda ocupam os postos de trabalho mais precários, pois “são as últimas a ser contratados e as primeiras a ser demitidas”<sup>60</sup>. Desta forma a hegemonia masculina se confirma cada vez mais dentro do mercado de trabalho e “se a situação progredir no ritmo atual, faltam 475 anos para que se consiga a igualdade entre homens e mulheres.”<sup>61</sup> Apesar das condições adversas a participação feminina nas atividade produtivas vem crescendo a cada ano, causando de uma maneira ou de outra um impacto para o mercado de trabalho, e que mesmo a longo prazo pode vir a gerar mudanças positivas e significativas para o País, não só no âmbito do trabalho feminino mas, para a economia em geral, inclusive para a manutenção da saúde familiar.

Constatou-se ao longo deste análise que o crescimento da participação feminina na produção social das últimas décadas certamente teve correlação com o comportamento conjuntural da economia do País, mas contudo não considere como fator exclusivo. As literaturas existentes sobre esta temática, me auxiliaram em novas perspectivas, primeiro porque o movimento de inserção feminina no mercado de trabalho não envolveu somente mulheres pobres oriundas de famílias pobres, mas envolveu também mulheres de camadas sociais de melhor renda e maior instrução. Concomitante a isto com as crises econômicas se pode ver outras especificidades e implicações do trabalho feminino como por exemplo a

---

<sup>60</sup> Hesse, Mary Chinery., diretora-geral adjunta da Organização das Nações Unidas - OIT (Gazeta Mercantil, 25, 26, 27 de agosto de 1995 - Pg., A-12.

dupla jornada de trabalho. Obviamente se a entrada feminina no mercado de trabalho envolveu mulheres de várias classes sociais, e não apenas as pobres, isto significa dizer que a crise econômica não foi fator determinante para o movimento de inserção feminina nas atividades econômicas, senão esta entrada teria sido basicamente do segmento mais pobre da população.<sup>62</sup> As questões discriminatórias e desigualdades de gênero, como por exemplo os baixos salários pago as mulheres são questões que ainda renderão muitos livros, debates e discussões. No entanto espera-se ter cumprido a tarefa de investigar cada vez mais as especificações do trabalho feminino, contribuindo para aprofundar as razões das desigualdades entre homens e mulheres fundamental para uma melhor compreensão das relações de gênero.

---

<sup>61</sup> Idem 26

<sup>62</sup> Leone, Eugênia Troncoso., Crise e Trabalho no Brasil – empobrecimento da população. Pg.166.

### **3 ° CAPÍTULO**

#### **A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM**

#### **FORTALEZA**

#### **1991 A 1995**

Como foi visto no capítulo anterior a relação mulher e trabalho no Brasil e a crescente inserção feminina no mercado constitui tema de amplo debate. Mas apesar desta participação cada vez mais ascendente a discriminação sexual é uma constante e vem de todos os lados – na contratação, pela exigência de uma escolaridade maior que a masculina, mesmo que seja para ocupar o mesmo cargo; na remuneração, no Brasil 43% menor que a masculina nas mesmas ocupações; e principalmente na lenta ascensão para os cargos de chefia. Os estudos sobre a participação feminina no mercado de trabalho são bastante recentes e em sua grande maioria, tem chegado a uma mesma conclusão, a de que o aumento da entrada de mulheres no mercado de trabalho das últimas décadas é decorrente única e exclusivamente do empobrecimento das famílias gerado pelas crises econômicas do País. Porém, a incorporação da mulher no mercado de trabalho também possui outras causas independentes daquelas de conjuntura econômica. As mulheres não estão entrando no mercado de trabalho somente para complementar a renda familiar em tempos de crise, afinal são mulheres ricas e pobres que se encontram no mercado

brasileiro e cada segmento desses possui motivos diferentes que as levam a esfera do trabalho. É bem verdade que muitas trabalham por necessidade de complementar a renda familiar, são mulheres pobres que em geral saem da esfera privada para a pública para realizar trabalhos de natureza privada, é o caso das empregadas domésticas. As mulheres ricas, pertencentes às classes sociais privilegiadas tem melhor nível educacional, possuindo condições financeiras de montar uma estrutura de apoio que lhes permita trabalhar, esta estrutura de apoio conta com a participação de outras mulheres, domésticas, babás, faxineiras, que fazem parte daquela camada social de mulheres pobres. Porém as mulheres ricas não trabalham para complementar a renda doméstica, mas sim porque gostam do que fazem, por satisfação pessoal.

Partindo deste pressuposto, a elaboração deste capítulo apresenta a evolução da participação feminina no mercado de trabalho em Fortaleza, no período de 1991 a 1995. A escolha do período é devido ao grande volume de informações sobre a participação feminina no mercado, bem como a natureza destas informações que vem a complementar meu objetivo neste trabalho. Em Fortaleza, assim como em várias outras partes do país, a participação feminina no mercado de trabalho apresentou crescimento constante nos últimos anos. Comparativamente, no interstício entre 1991 e 1995, o crescimento da participação feminina foi maior do que a participação masculina, apresentando um crescimento acumulado da taxa de ocupação de 11,69%, contra um crescimento da taxa masculina de 2,71%. Muito embora o número de homens no mercado de trabalho seja maior que o feminino, 377.974

homens ocupados para 265.277 mulheres, este resultado reproduz a intensidade com que o segmento feminino vem se inserindo neste mercado de trabalho.<sup>63</sup>

**TABELA 1**  
**TAXA DE OCUPAÇÃO POR SEXO**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 1991/1995**

| Anos  | Masculino | Feminino |
|-------|-----------|----------|
| 1991  | 53,41     | 28,09    |
| 1992  | 50,91     | 30,32    |
| 1993  | 51,65     | 29,17    |
| 1994  | 51,40     | 28,11    |
| 1995  | 54,86     | 31,37    |
| Total | -         | -        |

FONTE : PESQUISA DIRETA UNIDADE DE INFORMAÇÃO,SINE/CE

A partir da Pesquisa Desemprego e Subemprego realizada mensalmente pelo SINE/CE no município de Fortaleza, foram selecionadas as variáveis que estão mais diretamente ligadas ao perfil da trabalhadora de Fortaleza e sua participação feminina no mercado de trabalho, estas as variáveis são, idade, grau de instrução, jornada de trabalho e salário, que serão correlacionadas à variável sexo adequando a análise ao objetivo deste capítulo de apresentar a evolução da participação feminina no mercado de trabalho e ainda traçar o seu perfil enquanto trabalhadora.

Como foi visto no segundo capítulo a relação entre mulher e pobreza no Brasil agrava ainda mais a situação feminina, mas quando se analisa o caso por região, a trabalhadora nordestina é de longe a que mais sofre com a segregação da pobreza à discriminação sexual. Entre as décadas de 80 e 90 o percentual de pobres, na região Nordeste, passou de 49,6% para 58,8%, ao passo que a região Sudeste

<sup>63</sup> A Mulher no Mercado de Trabalho : Perfil Sócio-Econômico. SINE/CE

pouco é afetada pela situação de pobreza.<sup>64</sup> Embora este capítulo não pretenda analisar o quadro de pobreza da região Nordeste, estes dados dão um referencial da situação feminina no Nordeste, fundamental para o meu objetivo neste trabalho.

No Estado do Ceará o crescimento da participação feminina iniciou-se entre as décadas de 70 e 80 quando a composição da PEA feminina deu um salto quantitativo de 17,2% para 26,2%, enquanto a PEA masculina caía de 82,8% para 73,8%, no mesmo período<sup>65</sup>. Um dos grandes responsáveis pelo crescimento desse período, foi o setor terciário (comércio e serviços), onde a participação feminina é muito expressiva, saindo de 40,9% em 1970 para 47% em 1980. Muita embora, a nível nacional, o terciário é o setor de atividade que absorve um maior contingente de mulheres trabalhadoras, no centro-sul a partir da década de 70, houve grande incorporação da força de trabalho feminina, no setor secundário, notadamente na indústria de transformação. Porém no caso do Nordeste, mais especificamente do Ceará grande parte desta mão-de-obra encontra-se inserida no setor informal (categoria autônoma)<sup>66</sup>, o qual possui grande importância na economia local. De acordo com o SINE/CE, a natureza dos trabalhos realizados dentro do setor terciário e do setor informal, justificam suas altas taxas de atividade feminina<sup>67</sup>. A argumentação de que a natureza do trabalho justifica a utilização da mão-de-obra feminina para exercer determinadas atividades, não é novidade, no segundo capítulo, argumento semelhante a este já foi visto. Boa parte das ocupações encontradas no setor informal tem características semelhantes no tocante à sua forma de realização, são tarefas

---

<sup>64</sup> Tolosa, H.C., Pobreza no Brasil : Uma avaliação dos anos oitenta, IPEA-INPES, 1990.

<sup>65</sup> FIBGE - Anuário Estatístico. 1975 e 1981.

<sup>66</sup> De acordo com os conceitos teóricos do SINE/CE Autônomos é aquela pessoa que trabalha por conta própria, e que por isso, é ela mesma que determina a extensão de sua jornada de trabalho e a organização e disciplina do seu trabalho.

iguais às que elas já fazem em casa, ou seja, atividades públicas de caráter privado como por exemplo os trabalhos de domésticas, faxineiras, lavadeiras, babás, etc. Assim como visto no capítulo anterior, em Fortaleza as mulheres também entram no mercado de trabalho realizando na esfera pública o mesmo trabalho da esfera privada. Outro argumento que justifica a grande participação feminina no setor informal é que dado o papel social ainda cabe à mulher no espaço familiar a necessidade de conciliar os afazeres domésticos às atividades profissionais limita suas possibilidades para o exercício de atividades formal com jornadas de trabalho definidas, levando-as para as atividades sem garantias trabalhistas, mas que lhes permita conciliar o trabalho e a família. A perversidade da dupla jornada de trabalho é resultante da omissão do Estado em não propiciar as condições necessárias para que as mulheres trabalhem dignamente em casa e fora dela. Neste aspecto o papel do Estado seria fundamental, no tocante à construção de creches, e a contratação de pessoal especializado para o cuidado com as crianças daquelas mulheres que precisam trabalhar para sustentar os filhos.

### **3.1. EDUCAÇÃO E TRABALHO**

No capítulo anterior, sobre a trabalhadora brasileira, foi comprovado o eficiente processo de qualificação do sexo feminino, com queda do analfabetismo e elevação dos níveis educacionais, em menos de uma década. Em Fortaleza, as mulheres também mostram-se bastante eficientes e preparadas para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. Em jun/84, apenas 6,7% da PEA feminina do

---

<sup>67</sup> SINE/CE - Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza : Caracterização Geral , 1985.

município de Fortaleza, encontrava-se num estágio de analfabetismo e cerca de 30% detinham do 2º grau completo até o nível superior.<sup>68</sup> Em abr/95, estes dados apresentaram uma evolução positiva para as mulheres, onde o analfabetismo entre as trabalhadoras caiu ainda mais passando a 5,73% e mais 34% delas haviam concluído do 2º grau ao curso superior.

Neste mesmo ano de 1995, os dados referentes aos homens não foram tão satisfatórios, 7,36% da população ocupada masculina era analfabeta, e apenas 17% havia concluído do 2º grau até o curso superior. A partir destes dados, mais uma vez, fica evidente a superioridade da qualificação feminina frente a masculina. Porém, para que não se conclua erroneamente que o segmento masculino não tem interesse em estudar, é necessário que se esclareça as razões desta diferença de nível educacional entre homens e mulheres. Culturalmente, no Brasil, começa-se a trabalhar precocemente, principalmente os homens que exatamente por este motivo, abandonam cedo as salas de aula para se dedicar as atividades econômicas, 21,6% deles começam a trabalhar antes dos 9 anos e 46% entre 10 e 14 anos de idade. Já as mulheres, em geral, começam a trabalhar mais tarde, entre 15 e 17 anos (35,7%) tendo mais tempo e condições de se dedicar aos estudos.<sup>69</sup> Neste sentido a mulher é privilegiada, pois enquanto o homem muito cedo deixa os estudos para trabalhar, as mulheres tem a oportunidade de primeiro concluir seus estudos para depois trabalhar.

---

<sup>68</sup> Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza – Caracterização Geral, SINE/CE, 1984.

<sup>69</sup> Pastore, José. – A Mulher e o Menor no Mercado de Trabalho - Estudo de Casos.

**TABELA 2**  
**POPULAÇÃO OCUPAÇÃO, POR SEXO E GRAU DE INSTRUÇÃO**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 91/95**

| GRAU DE INSTRUÇÃO | MASCULINO     |               | FEMININO      |               | TOTAL         |               |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                   | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          |
| Analfabeto        | 9,04          | 7,36          | 7,26          | 5,73          | 8,34          | 6,69          |
| Alfabetizado      | 6,32          | 6,30          | 5,21          | 4,80          | 5,89          | 5,68          |
| 1ºGrau Incompleto | 50,94         | 50,67         | 43,77         | 42,30         | 48,14         | 47,22         |
| 1ºGrau Completo   | 9,55          | 11,30         | 7,99          | 10,77         | 8,94          | 11,08         |
| 2ºGrau Incompleto | 5,76          | 6,91          | 7,92          | 7,16          | 6,60          | 7,01          |
| 2ºGrau Completo   | 15,03         | 14,34         | 22,36         | 24,27         | 17,89         | 18,44         |
| Sup. Incompleto   | 1,31          | 1,13          | 1,47          | 1,25          | 1,37          | 1,18          |
| Sup. Completo     | 2,01          | 1,91          | 3,89          | 3,47          | 2,74          | 2,55          |
| pós-graduação     | 0,04          | 0,08          | 0,15          | 0,25          | 0,09          | 0,15          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO, SINE/CE.**

### **3.2. FAIXA ETÁRIA E TRABALHO**

No tocante a faixa etária da mão-de-obra feminina do município de Fortaleza, um detalhe interessante vem sendo observado ao longo da década de 90, notadamente no interstício de 91/95, a participação feminina daquelas com idade entre 40 e 49 anos tem aumentado, assim como aquelas de 50 a 59 anos de idade. Sendo o incremento de 16,64% para 19,11% e 8,43%, respectivamente. Embora o segundo intervalo não seja muito expressivo, esta mudança pode significar algum tipo de mudança de padrão demográfico decorrentes do controle de natalidade ocorridos nas décadas de 60 e 70 que resultou na diminuição do segmento mais jovem da

população<sup>70</sup>. Outra possibilidade para este fenômeno é a própria mudança de comportamento feminino que está cada vez mais buscando permanecer por mais tempo no mercado de trabalho. Como vimos no capítulo anterior, após os 25 anos de idade, devido aos efeitos do casamento e da maternidade, muitas mulheres abandonavam o mercado de trabalho e não mais retornavam. Daí a grande queda das taxas de participação feminina no mercado de trabalho nesta idade. Porém, agora as mulheres podem estar mudando este perfil, retornando ao mercado de trabalho, após o crescimento dos filhos. Mesmo a idade mais avançada e a rejeição do mercado às trabalhadoras com mais de 35 anos de idade, não se constitui em obstáculo para estas mulheres que buscam agora de alguma forma realização profissional, embora tardiamente.

**TABELA 3**  
**POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL/91 e ABRIL/95**

| FAIXA ETÁRIA | MASCULINO |        | FEMININO |        | TOTAL  |        |
|--------------|-----------|--------|----------|--------|--------|--------|
|              | 1991      | 1995   | 1991     | 1995   | 1991   | 1995   |
| 10-14        | 1,31      | 0,98   | 1,54     | 1,43   | 1,40   | 1,17   |
| 15-19        | 8,43      | 8,94   | 10,92    | 8,20   | 9,40   | 8,63   |
| 20-29        | 37,41     | 32,30  | 36,14    | 32,89  | 36,91  | 32,55  |
| 30-39        | 22,99     | 26,20  | 23,46    | 27,02  | 23,17  | 26,54  |
| 40-49        | 16,85     | 18,09  | 16,64    | 19,11  | 16,77  | 18,51  |
| 50-59        | 9,32      | 9,57   | 8,43     | 8,88   | 8,97   | 9,28   |
| 60-65        | 2,39      | 2,61   | 2,13     | 1,61   | 2,29   | 2,20   |
| >65          | 1,30      | 1,31   | 0,74     | 0,86   | 1,09   | 1,12   |
| TOTAL        | 100,00    | 100,00 | 100,00   | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

**FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO, SINE/CE.**

<sup>70</sup> SINE/CE – A Mulher no Mercado de Trabalho : perfil sócio econômico

### **3.3. DO PRIVADO AO PÚBLICO**

No primeiro capítulo deste trabalho investigar os regimes familiares matriarcal e patriarcal descobriu-se uma divisão sexual do trabalho, onde ao homem era incumbida a tarefa de sustentar sua família através do domínio da natureza e dos meios de sobrevivência que esta poderia lhe proporcionar, à mulher era incumbida a manutenção da família e os afazeres domésticos. As atividades masculinas estavam no domínio público e as atividades femininas no domínio privado. Esta divisão do trabalho, em sua essência, permanece igual até hoje. A partir dela criou-se uma cultura milenar onde o trabalho doméstico passou a ser “coisa de mulher” e nunca “coisa de homem”, como se fosse uma tarefa “biologicamente feminina” que não teria o menor valor por não ser considerada produtiva. A partir do momento em que a mulher se viu na responsabilidade de arcar sozinha com o ônus da família, as coisas começaram a se modificar. Ao conquistar a esfera pública através de seu próprio trabalho, as mulheres revelaram ao mundo a importância do trabalho doméstico, afinal a própria forma de se falar trabalho “fora” de casa significa dizer que existe trabalho “dentro” de casa, o qual também deveria ser valorizado. Todavia, mudar a mentalidade de toda uma sociedade que assimilou esta cultura durante séculos não leva apenas alguns anos, é uma mudança complexa e demorada.

Em jun/84, no município de Fortaleza, 28,6% da população ocupada feminina era empregada doméstica, o percentual mais expressivo deste período, enquanto mais de 39% da população ocupada feminina era empregado informal,

autônomo ou ocupada em atividades afins. Neste período 18,5% das mulheres ocupadas respondia pelo emprego formal<sup>71</sup>. Em abril de 1991 e em abril de 1995 os percentuais femininos inseridos na categoria empregada doméstica são de 11,88% e 12,99%, respectivamente (tabela 4). A queda da participação feminina nesta categoria com relação à década de 80 é evidente, mas ainda é expressivo o contingente de mulheres que entram no mercado de trabalho nesta categoria.

Como podemos observar grande parte das mulheres entram na esfera pública realizando atividades que possuem caráter privado. Sob este aspecto é importante considerar que, via de regra, boa parte das empregadas domésticas são oriundas das camadas mais carentes da sociedade, onde a pobreza leva estas mulheres a realizarem no espaço público o mesmo que realizam no espaço privado pela total ausência de condições para estudar e se profissionalizar. A falta de melhores oportunidades de trabalho também restringe a participação deste segmento da população, neste caso ocorre a junção da segregação social com a segregação sexual. A mulher se torna duas vezes discriminada, primeiro por ser mulher depois por ser pobre. A realização profissional nem é cogitada para estas mulheres, que se vêm confinadas ao privado duas vezes, sendo doméstica dentro e fora de casa.

---

<sup>71</sup> Força de Trabalho Feminina no Mercado de Trabalho de Fortaleza : Caracterização Geral – UNIDADE DE INFORMAÇÃO - SINE/CE, 1985.

**TABELA 4**  
**CATEGORIA OCUPACIONAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 91/95**

| ESPECIFICAÇÃO                       | MASCULINO     |               | FEMININO      |               | TOTAL         |               |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                     | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          |
| Emp. Público                        | 10,67         | 9,39          | 13,05         | 10,70         | 11,60         | 9,93          |
| Emp. Doméstico                      | 0,42          | 0,50          | 11,88         | 12,99         | 4,89          | 5,65          |
| Emp. Particular                     | 59,22         | 58,10         | 45,01         | 44,52         | 53,69         | 52,50         |
| Profissional Liberal                | -             | 0,15          | 0,15          | 0,04          | 0,06          | 0,10          |
| Membro da Família<br>S/ Remuneração | 1,12          | 1,00          | 1,91          | 1,68          | 1,43          | 1,28          |
| Trab. Autônomo                      | 27,34         | 28,99         | 27,71         | 28,85         | 27,49         | 28,93         |
| Empregador                          | 1,14          | 1,17          | 0,29          | 0,86          | 0,78          | 1,05          |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO, SINE/CE.**

Em outras categorias ocupacionais em que se observa a participação feminina destaca-se as atividades ligadas ao trabalho autônomo. Via de regra, boa parte das mulheres que trabalham informalmente tem como principal motivo que as levaram a ser autônomas a possibilidade de conciliar o trabalho aos afazeres domésticos<sup>72</sup>. Em junho de 1984 a participação daquelas que trabalham autonomamente era de cerca de 22% da População Ocupada. Já na década de noventa esta participação aumentou cerca de 4%, saindo de 27,71% em abr/91 para 28,85% em abr/95 (tabela 4). A categoria dos autônomos esta inserida no setor informal que é um grande absorvedor da força de trabalho feminina, dentro deste setor se encontram aquelas ocupações ligadas à prestação de serviços e ao comércio e, geral. Neste

<sup>72</sup> SINE/CE : Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza : Caracterização Geral.

contexto muitas das mulheres que são autônomas trabalham como lavadeiras de roupa, faxineiras, cozinheiras, etc. diferente das empregadas domésticas estas mulheres não se fixam em um único domicílio, trabalhando cada dia em um domicílio diferente. Deste forma estas mulheres possuem uma vantagem em relação às empregadas domésticas, conseguir mais facilmente conciliar o trabalho de casa ao trabalho fora de casa. Porém a desvantagem é a mesma, assim como as empregadas domésticas, as trabalhadoras autônomas continuam a realizar o trabalho privado dentro da esfera pública.

Tudo isto a ser conciliado é uma boa idéia do comportamento feminino no mercado de trabalho em Fortaleza. Como se pode notar a inserção feminina no mercado de trabalho sempre esteve mais intimamente ligada a esfera privada do que propriamente a esfera pública, na medida, seja trabalhando como empregada doméstica ou como trabalhadora autônomas seu trabalho público possui caráter privado. Na realidade este fato também está correlacionado às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, o mercado não só discrimina o gênero feminino, mas também a classe social a qual pertence a mulher, neste aspecto as mulheres pobres são duplamente discriminadas só tendo acesso as atividades semelhantes àquelas que realizam em casa. “Além de ocupar os piores empregos (ou talvez como consequência disso), a mulher brasileira não desfruta de relações de trabalho muito desenvolvidas (.....) Dados do Censo Demográfico de 1970 revelaram que 28% do total da mão-de-obra feminina eram constituídos de empregadas domésticas (na zona urbana essa proporção sobe para 34%)”.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Ver Letícia B. Costa, A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho – O Caso do Estado de São Paulo”, Tese de Doutorado, FEA/USP, 1982. APUD.

**TABELA 5**  
**POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO E SUBSETOR DE ATIVIDADE**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 91/95**

| Especificação     | Masculino     |               | Feminino      |               | Total         |               |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                   | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          | 1991          | 1995          |
| Ind. de Transform | 17.21         | 12.86         | 20.98         | 13.53         | 18.68         | 13.14         |
| Construção Civil  | 9.19          | 6.73          | 0.73          | 0.54          | 5.89          | 4.18          |
| Serviço           | 37.29         | 45.79         | 53.71         | 59.84         | 43.69         | 51.59         |
| Comércio          | 26.64         | 26.40         | 19.88         | 21.69         | 24.01         | 24.46         |
| Adm. Pública      | 8.72          | 7.41          | 4.55          | 4.51          | 7.10          | 6.07          |
| Agricultura       | 0.70          | 0.40          | 0.07          | 0.04          | 0.46          | 0.25          |
| Extrativa Mineral | 0.14          | 0.13          | -             | -             | 0.09          | 0.07          |
| Outros            | 0.11          | 0.28          | 0.08          | 0.21          | 0.08          | 0.24          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>100.00</b> | <b>100.00</b> | <b>100.00</b> | <b>100.00</b> | <b>100.00</b> | <b>100.00</b> |

FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO

No tocante a participação feminina nos subsectores de atividade, a análise dos dados só vem a complementar os resultados da análise sobre as categorias ocupacionais. Num período de 5 anos a participação feminina no subsector serviços cresceu mais de 11% e mais de 9% no comércio, notadamente em determinadas atividades de apoio onde a não posse de carteira de trabalho assinada é bastante comum (tabela 5). Os números relativos ao setor informal apresentam um crescimento da população ocupada feminina neste setor. Em abr/91, 42,7% dos ocupados no setor informal eram do sexo feminino e 57,3% do sexo masculino. Em abr/95 ocorreu um incremento de cerca de 4% na participação feminina, que passou a 44,39%, bem como

uma retração de quase 3% dos ocupados do sexo masculino caindo para 55,61%<sup>74</sup>. Embora a participação masculina neste setor seja maior que a feminina, esta segunda tem um peso significativo neste setor e que vem se ampliando nos últimos anos como uma forma encontrada pelo segmento feminino para permanecer inserida no processo produtivo mesmo que em condições não satisfatórias, como por exemplo, a ausência do vínculo formal de trabalho, a assinatura da carteira de trabalho.

Neste contexto, o mercado de trabalho discrimina o segmento feminino que trabalha pela marginalidade dos direitos trabalhistas garantidos por Lei para aqueles que possuem CTPS assinada. Os números relativos a este parecer encontram-se na *tabela 6* onde, em abr/95, apenas 36,57% das mulheres ocupadas detém CTPS assinada contra 63,43% dos homens. A diferença percentual entre homens e mulheres com relação a posse da CTPS assinada é gritante, o percentual masculino possuidor de carteira de trabalho assinada é quase o dobro do percentual feminino. Explicações para este fato podem estar centradas no estágio atual na qual se encontram as relações de produção. A reestruturação produtiva é uma das principais responsáveis pela precarização mundial das relações de trabalho e produção, a criação da jornada de trabalho em tempo parcial e o trabalho temporário ajudam a aumentar a exploração do trabalhador pelo capital, ampliando as relações informais de trabalho<sup>75</sup>. Neste novo contexto de flexibilização, os trabalhadores se sujeitam às novas formas de trabalho como uma tentativa de se manterem a qualquer custo inseridos no processo produtivo, embora sem as mesmas garantias da legislação social. Estes mecanismos encontrados

---

<sup>74</sup> A mulher no Mercado de Trabalho : Um Perfil Sócio-Econômico – SINE/CE, 1995.

<sup>75</sup> De acordo com o SINE/CE, considera-se como trabalho em tempo integral aquela exercido, no mínimo, oito horas diárias ou 44 horas semanais (exceto os casos preestabelecidos por Lei), logo, o trabalho em tempo parcial é todo aquele que se caracteriza por jornadas semanais, menores que a do

pelo capital para penalizar ainda mais os trabalhadores se faz mais intenso sobre a força de trabalho feminina que, além de todas as discriminações já sofridas se depara com as novas transformações do mundo do trabalho apontando para uma tendência mundial, e irreversível de redução da força de trabalho e precarização das relações de trabalho existentes.

**TABELA 6**  
**OCUPADOS COM CARTEIRA ASSINADA, POR SEXO**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 91/95**

| ESPECIFICAÇÃO         | MASCULINO |       | FEMININO |       | TOTAL |       |
|-----------------------|-----------|-------|----------|-------|-------|-------|
|                       | 1991      | 1995  | 1991     | 1995  | 1991  | 1995  |
| COM CARTEIRA ASSINADA | 66,15     | 63,43 | 33,85    | 36,57 | 44,44 | 40,04 |

FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO - SINE/CE

### **3.4. MULHER E JORNADA DE TRABALHO**

No município de Fortaleza, a jornada de trabalho, vista sob o prisma da variável sexo apresenta características diferentes para os segmentos masculino e feminino. Os homens tem jornadas mais longas de trabalho, e as mulheres jornadas

---

tempo integral. O trabalho temporário é aquele com tempo determinado, ou seja no ato da contratação o trabalhador já tem pre-estabelecido seu tempo de permanência naquela empresa.

menores. Na década de 80, a grande maioria da população ocupada masculina trabalhava no mínimo 40 horas por semana na atividade principal<sup>76</sup>. Com relação as mulheres, grande parte tinham jornadas semanais inferiores às masculinas, de 15 a 39 horas de trabalho<sup>77</sup>. A partir da década de 90, já se observa que a jornada de trabalho feminina se ampliou e um percentual maior de mulheres passou a trabalhar mais de 40 até 48 horas semanais<sup>78</sup>. Destaca-se que já se percebe o impacto da flexibilização do trabalho no total geral de horas trabalhadas, onde o percentual de trabalhadores com jornada de 20 a 40 horas de trabalho semanal tem aumentado consideravelmente no período em análise (de 21,98% para 30,80%), mostrando a sensibilidade do mercado de trabalho de Fortaleza às tendências de transformação do mercado brasileiro. Em contrapartida o percentual de trabalhadores com mais de 40 horas trabalhadas na semana diminuiu no referido período.

A carga horária feminina diferenciada é em grande parte devido aos afazeres domésticos, afinal, o fato de trabalhar fora de casa não tirou tal atividade da responsabilidade feminina. Talvez este seja o grande obstáculo feminino para se inserir no mercado de trabalho “a obrigatoriedade de conciliar o privado com o público é a mais eminente tarefa à qual a mulher está submetida.”<sup>79</sup> É certo que a jornada de trabalho feminina é diferenciada daquela exercida pelos homens, no entanto jamais se poderá dizer que a mulher trabalha menos que o homem, ao contrário, as mulheres possuem duas jornadas de trabalho, a jornada no espaço

---

<sup>76</sup> De acordo com o SINE/CE, atividade principal é aquela na qual o trabalhador auferir maior remuneração e/ou possui maior carga horária de trabalho.

<sup>77</sup> SINE/CE : Em jun/84, 67,9% da PO masculina trabalhava 40 e 48 horas, e 59,5% trabalhava mais de 49 horas semanais na atividade principal. Quanto à PO feminina, 61,4% trabalhava de 15 a 39 horas por semana na atividade principal.

<sup>78</sup> SINE/CE : Em abr/95, 48,51% da PO masculina trabalhava de 40 e 48 horas, e 36,29% da PO feminina também tinham a esta mesma carga horária.

privado e a jornada no espaço público. O simples fato de se pronunciar “trabalho fora de casa” já exprime a idéia de um outro trabalho, o doméstico. Conciliar as duas jornadas é sem dúvida o grande desafio feminino.

A dupla jornada de trabalho feminina é de cara a principal especificidade do trabalho feminino. Investigando mais a fundo esta temática, já se observa algumas mudanças do mundo moderno influenciando direta ou indiretamente o cotidiano feminino. Obviamente algumas dessas transformações do mundo moderno só podem ser sentidas pelas mulheres de classe média e alta que podem ter acesso a algumas preciosidades da cozinha. Um exemplo claro é o desenvolvimento da tecnologia dos aparelhos eletrodomésticos, freezers, microondas, e outras parafernalias da cozinha auxiliam e tornam mais prático os afazeres domésticos, facilitando a conciliação do público com o privado na economia de tempo. Outro artifício dessas mulheres é a estrutura de apoio montada por elas, o que implica na contratação de outras mulheres, nas funções de domésticas, babás, faxineiras etc. que as substituam nos afazeres domésticos enquanto elas trabalham fora. A grande vantagem destas mulheres, é na verdade uma novidade no dia a dia da mulher, notadamente as de classe média e alta, os cônjuges estão buscando dividir atribuições e responsabilidades de forma igualitária. Evidentemente estes maridos são mais instruídos culturalmente e já começam a assimilar a importância da participação deles na divisão de tarefas no espaço familiar e no cuidado com os filhos.

A realidade das mulheres pobres é completamente diferente, sem condições financeiras nenhuma, estas mulheres são as que mais sofrem com as implicações da dupla jornada de trabalho, em geral são mulheres insatisfeitas pela

---

<sup>79</sup> Massi, Marina : Vida de Mulheres, cotidiano e imaginário. Op. cit. Pg. 54.

vida que levam, tendo de acordar muito cedo e dormir às vezes de madrugada para fazer comida e limpar a casa, estas mulheres, em geral, não contam com nenhuma ajuda para a realização dos trabalho domésticos, muito menos do marido, estes não tão conscientes de seus deveres para com a família, atribuem à mulher a total responsabilidade com o espaço privado. A insatisfação destas mulheres é evidente, tanto no campo do trabalho quanto com seu próprio cotidiano e as implicações da dupla jornada de trabalho muitas vezes se repercute inclusive em outros aspectos pessoais, já que a sua realidade de mulher pobre não lhe permite condições básicas de saúde psíquica levando muitas a manifestar toda ordem de sintomas – físicos e mentais<sup>80</sup>.

**TABELA 7  
HORAS TRABALHADAS, POR SEXO  
FORTALEZA  
ABRIL - 91/95**

| FAIXAS (HORAS) | MASCULINO |        | FEMININO |        | TOTAL  |        |
|----------------|-----------|--------|----------|--------|--------|--------|
|                | 1991      | 1995   | 1991     | 1995   | 1991   | 1995   |
| 0 --- 20       | 5,85      | 7,66   | 12,83    | 16,00  | 8,57   | 11,10  |
| 20 --- 40      | 18,31     | 27,66  | 27,71    | 35,29  | 21,98  | 30,80  |
| 40 --- 48      | 54,73     | 48,51  | 39,74    | 36,29  | 48,49  | 43,47  |
| >48            | 21,11     | 16,87  | 19,72    | 12,42  | 20,57  | 14,63  |
| TOTAL          | 100,00    | 100,00 | 100,00   | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO - SINE/CE

<sup>80</sup> Massi, Marina; Vida de Mulheres. Pg. 60.

### **3.5. SALÁRIO E TRABALHO**

A distribuição da renda para homens e mulheres apresentou resultados positivos para ambos. No entanto, atem-se mais especificamente ao bom desempenho dos rendimentos femininos, na medida em que, dentro das faixas de salário se observa um incremento da participação feminina nas maiores faixas de salário, notadamente naquelas acima de 5 SM's. Em abr/91, mais de 55% da PO feminina ganhava até 1 SM caindo para 49% em abr/95. Já as mulheres ocupadas que auferiam de 1 até 5 SM's saltaram de 38% para 44% ao longo do interstício 91 a 95. Como já foi visto no capítulo anterior, a diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil é marcante e está longe de chegar ao fim, na capital cearense não podia ser diferente, na realidade talvez seja mais gritante sua situação, haja visto que é no Nordeste que se encontram as maiores disparidades salariais entre homens e mulheres. A discriminação sexual aqui é quase uma questão cultural, os baixos níveis de educação<sup>81</sup> da região Nordeste dificulta a compreensão da importância do trabalho feminino e de sua justa remuneração. Dentre as diversas causas da diferença salarial entre homens e mulheres a discriminação sexual é constante, as mulheres continuam a desvalorizadas na esfera pública principalmente no que tange a sua remuneração.

O quadro exposto para o município de Fortaleza, a situação é semelhante àquela vista no capítulo anterior, apesar de toda a performance feminina, participando ativamente das atividades econômicas tal qual os colegas homens, as mulheres continuam a ser remuneradas diferentemente, sendo discriminadas na divisão do

trabalho, vistas ainda somente como mantenedora da família e nem sempre respeitadas por isso. A identidade feminina enquanto sujeito social ainda é muito confusa e complexa principalmente para o mercado de trabalho, que ainda insiste em enxergá-la como sujeito exclusivo e recluso da esfera privada.

**TABELA 8**  
**RENDA DA ATIVIDADE PRINCIPAL, POR SEXO**  
**FORTALEZA**  
**ABRIL - 91/95**

| FAIXAS         | MASCULINO |        | FEMININO |        | TOTAL  |        |
|----------------|-----------|--------|----------|--------|--------|--------|
|                | 1991      | 1995   | 1991     | 1995   | 1991   | 1995   |
| 0—0,5          | 6,41      | 6,66   | 20,97    | 12,71  | 12,08  | 9,16   |
| 0,6—1,0        | 24,63     | 21,30  | 34,46    | 36,29  | 28,46  | 27,48  |
| 1,1—2,0        | 32,35     | 32,23  | 26,03    | 29,35  | 29,89  | 31,04  |
| 2,1—3,0        | 14,56     | 15,52  | 7,70     | 9,23   | 11,89  | 12,93  |
| 3,1—5,0        | 9,04      | 10,63  | 4,25     | 5,51   | 7,17   | 8,52   |
| 5,1—10,0       | 4,92      | 7,16   | 1,91     | 3,04   | 3,74   | 5,46   |
| > 10,0         | 2,29      | 3,49   | 0,66     | 1,43   | 1,66   | 2,64   |
| sem informação | 5,80      | 3,01   | 4,02     | 2,44   | 5,11   | 2,77   |
| <b>TOTAL</b>   | 100,00    | 100,00 | 100,00   | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

**FONTE : PESQUISA DIRETA - UNIDADE DE INFORMAÇÃO - SINE/CE**

<sup>81</sup> De acordo com o Ministério de Assuntos Sociais / Instituto de La Mujer : Mulheres LatinoAmericanas, em dados, 35,1% da população do Nordeste não tem ensino ou menos de 1 ano de ensino. Pg. 64.

Na análise dos indicadores do mercado de trabalho, no tocante a força de trabalho feminina em Fortaleza, tem-se o perfil de uma trabalhadora jovem, entre 20 e 39 anos de idade e com o 1º ou 2º grau completos. Em geral, sua inserção no mercado de trabalho é concentrada no subsetor serviços onde realiza atividades domésticas ou trabalha por conta própria. Sua jornada de trabalho é semelhante à jornada masculina, de 40 a 48 horas semanais. Em sua grande maioria trabalham sem carteira de trabalho assinada e sua remuneração se concentra nas faixas mais baixas percebendo até 2 SM's.

É inquestionável o fato de que no interstício de 1991 a 1995, tenha-se ampliado significativamente a participação feminina no mercado de trabalho em Fortaleza. Porém, é para a forma como se dá essa ampliação e as condições de trabalho feminino que se chama atenção em particular. Ao longo dessa análise pode-se observar que o impacto da flexibilização do trabalho com o aumento considerável das jornadas parciais de trabalho é bastante sentido pelo segmento feminino. Grande parte das fortalezenses trabalham sem carteira de trabalho assinada, o que não é decorrente de um processo de flexibilização do trabalho, vem de longa data oriundo de uma discriminação sexual característica do próprio mercado. As novas e emergentes formas de relação de trabalho que contribuem para o aumento da precarização do trabalho tem um impacto ainda mais forte sobre a força de trabalho feminina que já é penalizada a muito tempo com as piores oportunidades de trabalho, salários baixos, e lenta ascensão profissional.

Finalmente, conclui-se esta análise com uma temática ainda não explorada pelas literaturas que dissertam sobre o trabalho feminino. É significativo o contingente de mulheres que se inserem no mercado de trabalho nas ocupações de

domésticas, faxineiras, babás, etc. Assim sendo as mulheres acabam por realizar no espaço público as atividades do espaço privado. Isto acontece mais freqüentemente entre as mulheres das camadas mais carentes da sociedade onde a situação de pobreza as leva para o mercado de trabalho somente por uma questão de sobrevivência, onde realmente grande parte delas trabalha para complementar a renda familiar. Neste contexto, elas estão muito longe de entenderem o que é realização profissional, pois o tipo de trabalho que realizam (trabalhos manuais), não lhes permite este grau de satisfação pessoal. Já as mulheres da classe média que trabalham fora, carregam consigo uma aspiração diferente daquelas mais carentes – o projeto profissional. A situação dessas mulheres é totalmente favorável à realização de seus projetos profissionais e conseqüentemente, em geral, sentem-se perfeitamente satisfeitas com o tipo de trabalho que fazem (trabalhos intelectuais). Para as mulheres da classe média e alta não existe a necessidade de complementação da renda familiar, o prioritário é a realização pessoal.

Ao iniciar este trabalho não se imaginava descobrir dois aspectos tão importantes do trabalho feminino – o trabalho manual que aliena e o trabalho intelectual que realiza. Obviamente este assunto não foi totalmente esgotado neste capítulo, até porque mas do que a pretensão de concluir o assunto pretendia levantar idéias que proporcionassem reflexões a cerca do tema trabalho da mulher. Certamente ainda há muito o que se explorar sobre estes dois aspectos do trabalho feminino e espera-se ter ampliado essas discussões para além do meio acadêmico.

## **4º CAPÍTULO**

### **TRABALHO FEMININO EM FORTALEZA : VERDADES E MENTIRAS**

“Onde existem proprietários de terra, capitalistas e comerciantes, não pode haver igualdade entre o homem e a mulher, mesmo perante a lei”. (Lênin)

Os anos 80 e 90 foram marcados pelo crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Porém apesar desta crescente participação da mulher, ainda são muitas as questões a serem enfrentadas quando se pretende pesquisar sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, como por exemplo a dificuldade de assimilação de alguns conceitos pré-fabricados – sobre atividades biologicamente femininas - e a falta de aprofundamento nas questões que dizem respeito à satisfação feminina no trabalho e ascensão profissional. Na realidade, muito se tem escrito sobre o trabalho da mulher, mas pouco foi investigado no âmbito da realização profissional feminina. Partindo desta premissa o SINE/CE, em 1993 realizou concomitante à pesquisa mensal Desemprego e Subemprego, uma pesquisa direcionada para aquelas mulheres que trabalham “fora” de casa, ou seja aquelas mulheres que se encontravam inseridas no processo produtivo ocupando um posto de trabalho na esfera pública. Apesar das informações obtidas pelo SINE/CE referentes aos resultados da Pesquisa Desemprego e Subemprego, tornou-se necessária uma investigação mais minuciosa e direcionada no sentido de captar, também a opinião das

mulheres trabalhadoras a respeito das oportunidades de trabalho que lhe são oferecidas e sob quais condições se realiza o seu trabalho. E foi com este objetivo que o SINE/CE realizou a pesquisa “*A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará*”. Esta pesquisa foi realizada em Fortaleza e no interior do Estado, nos seis municípios considerados de médio porte. Os municípios foram agrupados de acordo com seu grau de desenvolvimento. Assim sendo, os municípios de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte compuseram o grupo I, dos municípios mais desenvolvidos, e os municípios de Quixadá, Crateús e Iguatu formaram o grupo II, dos municípios menos desenvolvidos. O município de Fortaleza formou, sozinho, um terceiro grupo. A partir destes tres grupos traçou-se o perfil da trabalhadora cearense buscando expressar a realidade do trabalho feminino no Estado do Ceará de forma mais fidedigna possível. Portanto, este capítulo tem como objetivo principal conhecer melhor o cotidiano da mulher cearense a partir do testemunho delas próprias nas entrevistas. Descobrir se possuem ou já possuíram projetos de vida e se conseguiram realiza-los, indagando ainda o que pensam sobre trabalho e realização profissional. Complementarmente, pretende-se estabelecer um elo de ligação no desenvolvimento deste capítulo com as conclusões as quais cheguei nos capítulos anteriores, notadamente o segundo e terceiro capítulos..

Antes de iniciar minha análise salienta-se certas dificuldades encontradas com relação ao trabalho do SINE/CE. O agrupamento dos municípios de médio porte por grau de desenvolvimento chega quase a inviabilizar uma análise individualizada. E embora não prejudique o objetivo deste trabalho, frustrou a possibilidade observar as especificidade e o comportamento dos principais mercados de trabalho do interior do Estado.

## **4.1 – Caracterização das Entrevistadas**

Em linhas gerais, as entrevistadas eram em sua maioria cônjuges, tanto em Fortaleza quanto nos municípios dos grupos I e II. Cerca de 15 e 16% da população ocupada feminina eram, respectivamente, chefes de família. No tocante a nível de instrução percebe-se uma grande diferença entre os tres grupos. Em Fortaleza, 25% da PO feminina detém o 2º grau, já para os municípios do interior este percentual cai para 16 e 18% (grupos I e II, respectivamente). Com relação ao nível superior as mulheres do grupos I superam as de Fortaleza numa proporção de 14 versus 10%. Isso porque, os municípios do interior que possuem universidade oferecem cursos que, tradicionalmente são de maior interesse feminino, como os cursos de letras, pedagogia e história. Com relação ao vestibular da capital, no interior a concorrência é menor, oferecendo mais condições de ingresso na faculdade às mulheres. Diferentemente das mulheres da capital e de outros Estado do País, onde muitas mulheres já começam a ingressar cursos antes considerados tradicionalmente masculinos, como direito, medicina e engenharia, as mulheres do interior ainda continuam a reproduzir a visão de que determinados cursos são para homens e outros são para mulheres, e sob essa ótica elas continuam a trazer para dentro do espaço público o espaço privado.

Com relação à faixa etária, o grupo I e o município de Fortaleza se assemelham com cerca de 58% da força de trabalho feminina entre 20 e 29 anos de idade. Já o grupo II tem PO com 33% de mulheres com idade acima de 49 anos,

enquanto para Fortaleza e para o grupo I este percentual é de 30% e 28% respectivamente.<sup>82</sup> É interessante observar a representatividade do percentual de mulheres, no grupo II, com idade superior a 45 anos de idade inseridas no processo produtivo, uma idade considerada alta para o mercado de trabalho e que, em geral, muitas mulheres já estão fora do mercado de trabalho há muito tempo. É importante salientar que, o grupo II é composto pelos municípios menos desenvolvidos, onde a sociedade costuma ser mais machista e a discriminação do mercado de trabalho é mais intensa com relação as mulheres, principalmente as de mais idade. Este fato pode sinalizar um comportamento diferenciado por parte de algumas mulheres que, após a criação dos filhos procuram inserir-se no mercado de trabalho muitas vezes para sentir-se novamente produtivas num contexto diferente daquele sentido com a maternidade.

Assim como foi visto no segundo capítulo, as mulheres ocupadas em sua grande maioria, encontram-se inseridas no subsetor serviços<sup>83</sup>. No Estado do Ceará o mesmo acontece com um grande contingente desta mão-de-obra feminina trabalhando no subsetor serviços (59% da PO feminina), não só para os grupos I e II como para a Fortaleza. Isso significa dizer que a inserção feminina no mercado de trabalho no Estado do Ceará, assim como no restante do País, ainda possui restrições, ou seja, a inserção feminina no mercado de trabalho se limita basicamente, a determinados segmentos da economia. De acordo com o SINE/CE, o subsetor serviços se constitui numa forma quase que natural de inserção dessa força de trabalho, em

---

<sup>82</sup> A Mulher no Mercado no Estado do Ceará., SINE/CE, 1993.

<sup>83</sup> Dentro do subsetor serviços encontram-se uma gama de ramos de atividade, onde em alguns deles a participação feminina se faz notar mais intensamente. Porém as informações por ramo de atividade não estão disponíveis neste documento não sendo possível uma análise mais detalhadas sobre o trabalho feminino neste subsetor.

seguida vem o comércio como o segundo maior absorvedor da força de trabalho feminina (cerca de 20% em todo o Estado). Esta inserção feminina basicamente em dois subsetores econômicos, demonstra como o mercado ainda se encontra fechado para as mulheres e que a ausência, principalmente no interior, de atividade sindical e políticas direcionadas ao ingresso feminino no mercado de trabalho, contribuem para a continuidade dessa discriminação. Ressalta-se que neste subsetores as ocupações são, em geral, semelhantes ao que elas já realizam em casa, como as atividades de domésticas, faxineiras, cozinheiras, e ainda o trabalho autônomo, uma preferência ou talvez opção forçada das mulheres do interior devido as poucas opções de trabalho na indústria.

Com relação ao salário e a vinculação trabalhista foi detectado que as trabalhadoras entrevistadas do interior estão menos garantidas em seus direitos legais, 48,82% das ocupadas do grupo I e 63,25% das ocupadas do grupo II não possuem carteira de trabalho assinada, já em Fortaleza este percentual cai para 38,49% das ocupadas. A questão da carteira de trabalho assinada, tanto em Fortaleza como no interior é absurda, não são raros os empregadores que não assinam a carteira de uma mulher para não pagar-lhe os direitos garantidos por Lei, como licença maternidade, salário família, etc. As trabalhadoras por sua vez se submetem involuntariamente na tentativa de se inserirem a qualquer custo no mercado de trabalho, e desse forma ficando a margem da seguridade social, FGTS, e obviamente com salários menores. A omissão do Estado nestes casos é clara, na medida em que não se observa nenhuma ação governamental no sentido de punir esses empresários sonegadores dos direitos trabalhistas, não só das trabalhadoras, mas também, dos trabalhadores do sexo masculino. Enquanto o Estado faz vista grossa para este crime as mulheres continuam

a sofrer toda sorte de discriminação para conquistar um posto de trabalho na esfera pública, tornando-se o Estado o principal conivente com a segregação sexual.

No tocante ao salário percebido pelas trabalhadoras, 50,15% da PO feminina de Fortaleza percebe no máximo até um salário mínimo, enquanto no interior este percentual salta para quase 70%, e ainda no grupo II 41% delas ganham até meio SM.<sup>84</sup> Apesar de absurdos, estes valores não são de se admirar, afinal quando trata da remuneração do trabalho feminino a disparidade para com a remuneração do sexo oposto é gritante, e como foi visto no segundo capítulo as trabalhadoras brasileiras ganham 43% menos que seus colegas homens. A diferença salarial entre homens e mulheres é a principal discriminação sofrida pelas mulheres dentro do mercado. Apesar de todas as tentativas, por parte dos empregadores, de justificar essas diferenças salariais, como afirmar que as mulheres tem jornadas menores de trabalho, ou menor grau de instrução, o que já se provou o contrário no segundo capítulo, só há uma resposta para esta discriminação o trabalho feminino continua a ser menos valorizado que o masculino, pois certamente só a desvalorização justificaria tal dispersão salarial.

---

<sup>84</sup> Idem ao 82.

## **4.2 – A Percepção do Cotidiano**

A inserção no mercado de trabalho é considerada para muitas pessoas um momento de grande expectativa, o sonho da satisfação pessoal e do reconhecimento profissional através do trabalho povoa as mentes de muitas pessoas ao ingressarem no mercado de trabalho, especialmente a mente feminina. Porém, o sonho e as aspirações profissionais muitas vezes não coincidem exatamente com a realidade. A pesquisa sobre a mulher no mercado de trabalho no Estado do Ceará também investigou as mulheres sob o prisma da realização profissional, e tendo em vista que a pesquisa foi realizada com as mulheres que trabalham “fora de casa”, ou seja, somente aquelas que ocupam um posto de trabalho na esfera pública, indagou-se das mesmas até que ponto seus sonhos de criança coincidiram com a realidade que vivem hoje.

Em Fortaleza e nos municípios de melhor infra-estrutura como Sobral, Crato e Juazeiro, as chances de estudar, concluir uma faculdade e conseguir um emprego são maiores e melhores do que nos demais municípios, por este motivo para a maioria das entrevistadas do interior e de Fortaleza prevaleceu a incidência da resposta que manifestava este desejo. Já as entrevistadas dos demais municípios responderam que sonhavam apenas em concluir o primeiro ou o segundo grau e ser professora de primeiro grau menor. A partir destas respostas percebe-se o quanto o desenvolvimento do município e a infra-estrutura local foi determinante para que as entrevistadas traçassem suas metas, principalmente pelo leque de oportunidades que lhes são oferecidos. Quanto menor for o progresso urbano e industrial do município

menores são as expectativas femininas com relação a educação e trabalho, isto acontece porque, na sociedade em que vivem existe uma forte visão machista de que certas atividades são próprias da mulher. Assim sendo, essas mulheres não possuem grandes aspirações de educação ou profissional elas só desejam aquilo que percebem no seu dia a dia de acordo com a família e a sociedade a que pertencem.

Tendo em vista que quase 30% das entrevistadas do interior do Estado e 27,63% de Fortaleza<sup>85</sup>, trabalhavam como autônomas, inquiriu-se das trabalhadoras quais as razões pela preferência ou talvez opção forçada em trabalhar como autônomas e suas opiniões a respeito do trabalho formal<sup>86</sup>. Observou-se que no interior, são poucas opções de trabalho formal e por ser esta a forma mais fácil de conciliar o trabalho na esfera pública ao trabalho na esfera privada, ou seja, o trabalho fora de casa ao trabalho doméstico. No interior do Estado os incentivos para que a mulher trabalhe fora do espaço doméstico são inexistentes, a proibição por parte de pais e maridos é observada com frequência, para driblar estes obstáculos muitas mulheres afirmaram que buscam sua independência financeira realizando trabalho dentro do espaço doméstico, sobretudo nas atividades de confecção em geral, como costureiras, artesãs etc. Embutida nestas respostas encontra-se novamente a questão da dupla jornada de trabalho, já que muitas dessas mulheres trabalham em casa como um forma de conciliar mais facilmente seu trabalho aos afazeres domésticos, realizando sua dupla jornada em sua própria casa. Para estas mulheres a independência tem um limite que é a permanência no espaço privado e o desenvolvimento do trabalho doméstico. Aqui a esfera privada se sobrepõem a esfera pública, na medida em que o

---

<sup>85</sup> A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará – SINE/CE, 1993.

trabalho público esta sendo realizado dentro da esfera privada. No segundo e terceiro capítulo podemos observar como a dupla jornada de trabalho faz parte da vida das mulheres que trabalham “fora de casa”, e ainda como este fato acontece de forma diferenciada dependendo da classe social a qual pertence a mulher. Já em Fortaleza, a opção pelo trabalho autônomo está mais vinculada à uma remuneração mais satisfatória, onde 25,54% das fortalezenses afirmaram achar que ganham mais trabalhando por conta própria.<sup>87</sup> De modo geral as mulheres da capital que trabalham, por conta própria gostam de ter seu próprio negócio por ser uma maneira de se sentirem independentes financeiramente dos pais e maridos. Diferentemente das trabalhadora entrevistadas no interior as mulheres fortalezenses buscam mais intensamente a independência, não só dos maridos e pais, mas também da figura do patrão, que não raramente representa para a mulher também a figura de dominação e opressão feminina.

Por sua vez, as entrevistadas que se encontravam empregadas no setor formal afirmaram se sentirem mais seguras, principalmente quando possuem a CTPS assinada e acreditando inclusive na possibilidade de serem melhor remuneradas e futuramente valorizadas por seu trabalho. Estas respostas são, um pouco contraditórias quando se imaginava que muitas dessas mulheres possuíam outra visão do trabalho feminino no setor formal, principalmente pelo foi visto nos dois capítulos anteriores, com relação a remuneração e ascensão profissional feminina, onde a discriminação sexual no mercado de trabalho ainda impera, reservando às mulheres salários baixos e ascensão profissional muito lenta. Apesar da desvalorização do trabalho feminino ser

---

<sup>86</sup> O SINE/CE entende como trabalho formal toda aquela atividade na qual o trabalhador mantém com seu empregador um vínculo formal de trabalho, ou seja, CTPS assinada.

bastante conhecida, muitas mulheres afirmaram durante as entrevistas desconhecer este fato, ficando clara a total falta de informação dessas mulheres, restando saber se é devido ao não acesso às essas informações ou se realmente é devido a falta de interesse pelas questões que envolvem o trabalho feminino. Os dados, porém são irrefutáveis, segundo a PNAD de 1991, no Ceará cerca de 65,13% das trabalhadoras ganham até 1 salário mínimo, enquanto para os homens este percentual é de 43,98%.

Embora a pesquisa tenha sido feita com mulheres que trabalham fora de casa, nem todas as entrevistadas disseram que desejavam trabalhar, algumas das entrevistadas sonhavam ser somente donas de casa, esposas e mães. Em seus depoimentos houve que mencionasse o desejo de casar e cuidar dos afazeres domésticos como únicas metas de suas vidas, porém para algumas a realidade foi muito dura como para esta entrevistada que afirmou : *“eu sonhava casar bem e ser feliz. Nunca pensei em trabalhar. Hoje sou mãe solteira e trabalho para sobreviver.”* Depoimentos com este foram mais comuns no interior, principalmente daquelas com origem mais humilde<sup>88</sup>. Uma reflexão sobre esta afirmação nos leva as origens da família patriarcal vista no primeiro capítulo, onde desde muito cedo é inculcido na mente das meninas uma única perspectiva de futuro, a da responsabilidade dos afazeres domésticos. E é com este princípio que elas crescem, acreditando que a vida de suas mães e avós, limitada dentro do espaço privado e doméstico é a única meta que desejam alcançar. A origem humilde, em geral, contribui em muito para isto, afinal é nestas famílias que as idéias patriarcais se encontram mais condensadas e disseminadas no dia a dia destas mulheres. Ao longo desta pesquisa pode-se observar

---

<sup>87</sup> A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará., SINE/CE, 1993.

que, a realidade dessas entrevistadas, notadamente do interior do Estado, depende muito do contexto sócio-econômico em que estão inseridas. As entrevistadas, revelam embutidas em suas respostas, que acabam por reproduzir no seu universo de expectativas o discurso e a prática machistas vivida por elas em seu cotidiano. No interior, segregado a situação de miséria e nenhuma instrução, o prática do machismo é bastante comum sendo assimilada inclusive entre as próprias mulheres que tem as expectativas masculina como suas, com a satisfação pessoal feminina limitada exclusivamente a maternidade e no cuidado com a casa e a família.

Na década de noventa, cada vez mais as mulheres vem provando sua capacidade de ocupar postos de trabalho antes reservados somente ao segmento masculino. Porém, as discussões a cerca do trabalho feminino ainda não foram suficientes para modificar a concepção de educação das crianças. Os homens são educados para sustentar a família através do seu trabalho (esfera pública), e as mulheres são educadas para a maternidade e o cuidado com a casa e a família (esfera privada). A realidade, porém revela que as mulheres não tem-se sentido plenamente recompensadas e valorizadas somente com este papel social. Muitas entrevistadas deixaram isto claro nas entrelinhas de sua respostas com relação as suas expectativas de futuro. No entanto diferente das minha expectativas para com os resultado da pesquisa, muitas entrevistadas revelaram que sonhavam em trabalhar em atividades que, na verdade reproduziam a esfera privada dentro da esfera pública. Elas sonhavam em ser, enfermeiras, pediatras, professoras, costureiras e outras profissões semelhantes, revelando que inconscientemente elas estariam buscando, de algum

---

<sup>88</sup> Consideram-se o grau de instrução, a renda familiar e a profissão dos pais para definir o que se chamou de origem humilde.

modo, exercer atividades semelhantes às que lhes cobra a sociedade, e que elas acreditam negligenciar quando trabalham, como o cuidados com os filhos, mesmo que sejam os filhos dos outros. Este sentimento de culpa por não se dedicarem exclusivamente à família, acaba por perpetuar, através delas mesmas, fazendo valer a afirmação de Marina Massi que destacou : *“A mulher hoje é a grande responsável por tudo que ocorre no mundo do privado, como o homem, no mundo do público, e a ideologia social assim os mantém. Quando a mulher tenta trabalhar fora, confronta-se com a representação interna da mãe-bona, aquela disponível, e sente-se angustiada por não corresponder à idealização”*.<sup>89</sup>

### **4.3. A Percepção do Mundo do Trabalho**

Se pudessemos comparar a visão masculina com a feminina sobre o que seria um bom trabalho, certamente se descobriria o quanto a percepção do trabalho para as mulheres tem uma conotação diferente daquela percebida pelos homens. Para o homem, bom trabalho significa dizer que se tem um alto salário, já para as mulheres bom trabalho significa realização profissional, respeito e valorização. Esta conotação subjetiva feminina, traduz um sentimento diferente por parte das mulheres, elas não são criadas desde pequenas para trabalhar como são os homens, por isso não tem aquele visão de trabalho como uma obrigação como é para

---

<sup>89</sup> Massi, Marina., Vida de Mulheres (cotidiano e imaginário). Pg. 182.

os homens. A mulher não precisa trabalhar para sustentar a família, o homem sim. Para os homens quanto maior o salário, melhor o trabalho, afinal, socialmente ele é cobrado pela responsabilidade com o sustento da família e a produção social. Em tese, a mulher só é obrigada a trabalhar quando se vê na posição de chefe da família. A prova disso é que o desemprego para o homem é mais “vergonhoso” do que para a mulher, assim como na afirmação desta entrevistada : *“Meu cunhado desempregado vive deprimido em casa. Eu quando me desemprego, não paro, faço um coisa e outra mas não me entrego”*.<sup>90</sup>

A dupla jornada de trabalho, é outro grande problema enfrentados pelas mulheres que trabalham fora de casa. Conciliar o trabalho doméstico ou trabalho fora de casa, atualmente faz parte do cotidiano feminino, pois como já citado anteriormente, o fato de a mulher ocupar um cargo na esfera pública não reduz em nada sua “obrigação” de organizar e realizar os afazeres domésticos. Dentro da esfera privada, a mulher tem pleno domínio da situação, mas quando se vê dentro da esfera pública percebe que não foi criada para dominá-la, mas terá que se adequar a nova realidade. Neste contexto, como diz Marina Massi, *“a mulher não se livrou do trabalho doméstico, mas modificou-o devido a maior inserção da mulher no mercado de trabalho”*.<sup>91</sup>

Dentre as entrevistadas da capital e do interior, observou-se características bem peculiares e diferenciadas. Por exemplo, no interior, devido a natureza dos trabalhos existente e as curtas distancias entre casa e trabalho, a dupla jornada de trabalho é realizada mais facilmente, ao passo que em Fortaleza, a distancia

---

<sup>90</sup> SINE/CE – A Mulher no Mercado de Trabalho do Estado do Ceará, 1993.

<sup>91</sup> Massi, Marina – Vida de Mulheres. APUD.

entre a casa e o trabalho é muito maior, especialmente para aquelas que deslocam de ônibus e se submetem a relógio de ponto, o que dificulta sobremaneira o cumprimento da dupla jornada. Complementarmente, no interior, pode-se contratar uma empregada doméstica a custos bem mais baixos do que na capital, ou mesmo contar com a ajuda de membros da família. Nas grandes cidade uma mulher não pode, se dar ao luxo ausentar-se do trabalho por causa de problemas domésticos, sobretudo pelo enorme contingente de outras mulheres que se encontram a espera de uma vaga, sendo uma constante ameaça a quem não quer perder o emprego. Nas cidades menores sempre se pode contar com a solidariedade de outros membros da família, na capital os outros membros, geralmente, também trabalham ou estudam e geralmente não estão disponíveis para ajudar nos afazeres domésticos.

A dupla jornada de trabalho nada mais é do que a principal forma de exploração do trabalho feminino é o preço que ela tem que pagar por não dedicar-se exclusivamente à família e à casa. Daí uma possível explicação para tantas mulheres exercendo atividades como professora, domésticas, cabeleireiras, etc. cuja carga horária é mais flexível, pois dessa forma, inconscientemente elas estão admitindo a “obrigatoriedade” de conciliar as atividades domésticas ao trabalho na esfera pública. No relato de uma das entrevistadas esta sina feminina foi bem resumida : *“A mulher dorme tarde, acorda cedo para fazer as tarefas domésticas e ganha pouco..... O homem não faz outra coisa a não ser trabalhar e ainda ganha mais do que a gente”*<sup>92</sup>.

A questão da discriminação e valorização do trabalho feminino, embora seja assunto amplamente discutido, ainda não é do pleno conhecimento do segmento feminino. As mulheres da capital e dos municípios maiores são as mais bem

informadas sobre o assunto, outras, pertencentes aos municípios menores realmente desconhecem os preconceitos a cerca do trabalho feminino, bem como a exploração sofrida por esta força de trabalho, algumas até negam sua existência, e outras acreditam na valorização do seu trabalho.

Em seus depoimentos aquelas que concordam com a valorização do trabalho feminino argumentaram que *“Todo trabalho , por si só, deve ser valorizado independente do sexo”*; *“A mulher possui habilidades para certas tarefas que o homem não possui; A mulher é competente, disciplinada e pode trabalhar em todas as áreas de atividade”*; *“Antigamente não era valorizada, mas as coisas estão melhorando”*.<sup>93</sup>

Outras afirmaram que a discriminação e a desvalorização começa em casa com o não reconhecimento da dupla jornada de trabalho, certamente este falta de reconhecimento deve partir dos próprios membros da família.

A valorização feminina através do salário foi o ponto onde que mais me surpreendeu, principalmente no depoimento daquelas que afirmaram concordar com a diferença salarial entre homens e mulheres, como disse essa entrevistada : *“E certo a mulher ganhar menos porque ela só pensa em vaidade, em gastar, em comprar roupas, fazer o cabelo, unhas e outras futilidades”*. E houve ainda quem dissesse : *“O homem precisa ganhar mais que a mulher, porque se ganhar menos, a mulher quer mandar nele”*.<sup>94</sup>

Estes depoimentos foram, em geral, dado por mulheres do interior, o que comprova como já mencionado anteriormente que as mulheres do interior

---

<sup>92</sup> SINE/CE : A Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará.

<sup>93</sup> Idem 92. Depoimentos de algumas entrevistadas.

reproduzem em suas mentes a prática machista que observam em seu cotidiano e que acreditam ser o correto. Negam inclusive que o trabalho feminino pode ser tão importante quanto o do homem, obedecendo piamente ao poder de mando que a sociedade delega ao sexo masculino. É a própria mulher desvalorizando seu trabalho, negando inclusive que a capacidade de competir em pé de igualdade com o homem na conquistar a um lugar no mercado de trabalho.

Diante dos resultados dessa pesquisa curva-se a uma realidade inesperada, as próprias mulheres não dão o merecido valor ao seu trabalho, assimilam como correta a discriminação contra as mulheres que lutam por melhores salários e melhores condições de trabalho. Esta constatação é bastante séria, na medida em que mostra a mulher como preconceituosa de si própria, com uma mentalidade machista fruto da mentalidade interiorizada em que vive, e da postura observada, principalmente, dos pais e maridos.

Os dados mencionados em conjunto com os depoimentos femininos, me proporcionaram uma visão mais verdadeira da realidade vivida pelas mulheres cearenses que trabalham fora de casa. Em muitas ocasiões a realidade é um choque, a miséria, a falta de instrução, a exploração e o preconceito, todas essas coisas juntas formam um universo de sofrimento. Porém não para todas, existem aquelas que vivem alheias a tudo, ou por achar a segregação feminina absolutamente normal, chegando inclusive a negá-la, ou por falta de informação, desconhecerem o fato.

A pesquisa porém, revelou, através do depoimento de outras mulheres que, a discriminação sexual é um fato bem presente no cotidiano das mulheres. Pude contatar também, que nos municípios mais desenvolvidos as mulheres são mais

---

<sup>94</sup> Idem ao 93.

discriminadas, em vista do grande contingente que está fora do mercado a espera de uma vaga, forçando as que já estão empregadas a se submeterem aos baixos salários para não perderem o emprego. Ressalta-se ainda que, de um modo geral, nas cidades menos desenvolvidas o acesso às informações ( a mídia em geral) é mais restrito, tornando as mulheres menos conscientes de suas potencialidades e das possibilidades de competir com os homens pelas mesmas oportunidades oferecidas no mercado de trabalho.

## CONCLUSÃO

Através deste estudo pode-se notar, a respeito do papel da mulher na produção social, como este de fato sempre esteve ligado diretamente a esfera privada da sociedade. Apesar da toda modernização, o cotidiano privado ainda permanece nos padrões tradicionais da família patriarcal. Assim, a realidade do trabalho feminino continua a ser permeada com a contradição de uma prática do passado, onde a mulher continua a ser a única responsável pela esfera doméstica, e do projeto de futuro, com uma mulher dinâmica e profissional.

Os estudos e pesquisas apresentados ao longo deste trabalho demonstram que a presença constante desta contradição, é resultante de um conjunto de valores contraditórios da própria sociedade que possui um discurso atual e uma prática ultrapassada. Podemos afirmar que, para a mulher, o trabalhar “fora de casa” tem sido o principal fator modificador de seu cotidiano, porém, as mudanças só são observadas na ordem do público, na ordem do privado quase nada mudou. Com todas as discriminações sofridas pela mulher na esfera pública, é na esfera privada onde se encontram suas principais amarras- a subordinação ao homem e a sociedade. Entende-se que, da ordem do privado deveriam sair as reais oportunidades de uma relação igualitária para com as mulheres.

Esta aí a contradição central da “modernização da mulher”, sua modernização só acontece na esfera pública, por que lá é o lugar onde as transformações ocorrem de maneira mais rápida, com uma crescente participação

feminina no mercado de trabalho, a qual todos podem ver claramente, muito embora numa realidade de salários baixos, dupla jornada e más condições de trabalho, o que prova que a esfera privada ainda tem influência sobre a esfera pública. Na esfera privada, as transformações não acontecem, por isso não se pode vê-las.

Esta inserção discriminatória, também decorre da falta de consciência das próprias mulheres, a ausência de um questionamento sobre o porquê da imposição inúmeros papéis aos quais tentam que cumprir acreditando serem valorizadas pela eficiência de a todos realizar com primor. E agora a mulher também é cobrada pela sociedade pelo trabalho profissional, deve ser uma profissional competente e uma boa dona de casa. A ideologia feminina construída em cima de uma modelo de satisfação pessoal e realização profissional, deparou-se com uma frustrante e angustiante verdade, a realidade é completamente diferente do idealizado.

Na realidade o capital se apropriou de pequenas parcelas do sistema de dominação existente no patriarcado utilizando-o para sua própria dinâmica. O capital se beneficiou de sistema de dominação já existente, ele não ignorou a importância que lhe teria a essência da família patriarcal para o seu desenvolvimento, ao contrário, a cada dia o capital reforça os padrões do patriarcalismo. Neste contexto, o capitalismo precisa da subordinação feminina, não só dentro da fábrica como uma mão-de-obra barata, mas principalmente através do trabalho da mulher na esfera privada. São os afazeres domésticos, os cuidados com a casa, com os filhos e a maternidade que garante ao capital a manutenção e reprodução da classe trabalhadora que a cada dia chega às fábricas para gerar mais e mais riquezas para os capitalistas.

As desigualdades existentes entre homens e mulheres resistem aos anos e não dão sinais de possíveis mudanças, apesar do grande esforço feminino o quadro

exposto revela que a discriminação em relação a mulher se manifesta em diversos aspectos da vida feminina, principalmente no campo profissional, desde sua inserção até as oportunidades de ascensão e a má remuneração a ela oferecida. São raros os cargos de decisão e gestão ocupados por mulheres, no Brasil apenas 2% delas ocupam este tipo de cargo. Além disso e dos limites que lhe são impostos pela sua posição dentro da família, outra grande discriminação enfrentada pelas mulheres é o caráter complementar e secundário a que são relegadas as atividades que são realizadas por elas, que, em geral, ainda ocupam os postos de trabalho mais precários, pois “são as últimas a ser contratados e as primeiras a ser demitidas”<sup>95</sup>. Desta forma a hegemonia masculina se confirma cada vez mais dentro do mercado de trabalho e “se a situação progredir no ritmo atual, faltam 475 anos para que se consiga a igualdade entre homens e mulheres.”<sup>96</sup> Apesar das condições adversas, a participação feminina nas atividades produtivas vem crescendo a cada ano, causando de uma maneira ou de outra um impacto para o mercado de trabalho, que mesmo a longo prazo pode vir a gerar mudanças positivas e significativas para o País, não só no âmbito do trabalho feminino mas, para a economia em geral, inclusive para a manutenção da saúde familiar.

É significativo o contingente de mulheres que se inserem no mercado de trabalho nas ocupações de domésticas, faxineiras, babás, etc. Assim sendo as mulheres acabam por realizar no espaço público as atividades do espaço privado. Isto acontece mais freqüentemente entre as mulheres das camadas mais carentes da sociedade onde a situação de pobreza as leva para o mercado de trabalho somente por uma questão de sobrevivência, onde realmente grande parte

---

<sup>95</sup> Hesse, Mary Chinery., diretora-geral adjunta da Organização das Nações Unidas - OIT (Gazeta Mercantil, 25, 26, 27 de agosto de 1995 - Pg., A-12.

delas trabalha para complementar a renda familiar. Neste contexto, elas estão muito longe de entenderem o que é realização profissional, pois o tipo de trabalho que realizam (trabalhos manuais), não lhes permite este grau de satisfação pessoal. Já as mulheres da classe média que trabalham fora, carregam consigo uma aspiração diferente daquelas mais carentes – o projeto profissional. A situação dessas mulheres é totalmente favorável à realização de seus projetos profissionais e conseqüentemente, em geral, sentem-se perfeitamente satisfeitas com o tipo de trabalho que fazem (trabalhos intelectuais). Para as mulheres da classe média e alta não existe a necessidade de complementação da renda familiar, o prioritário é a realização pessoal.

Diante dos resultados da pesquisa a “*Mulher no Mercado de Trabalho no Estado do Ceará*” curvou-se a uma realidade inesperada, muitas mulheres não dão o merecido valor ao seu trabalho, assimilam como correta a discriminação contra as mulheres que lutam por melhores salários e melhores condições de trabalho. Esta constatação é bastante séria, na medida em que mostra a mulher como preconceituosa de si própria com uma mentalidade machista, fruto da mentalidade interiorizada em que vive, e da postura observada, principalmente, dos pais e maridos.

Os dados mencionados ao longo desta análise em conjunto com os depoimentos femininos, me proporcionaram uma visão mais verdadeira da realidade vivida pelas mulheres cearenses que trabalham fora de casa. Em muitas ocasiões a realidade é um choque, a miséria, a falta de instrução, a exploração e o preconceito, todas essas coisas juntas formam um universo de sofrimento. Porém não para todas, existem aquelas que vivem alheias a tudo, ou por achar a segregação feminina

---

<sup>96</sup> Idem 26

absolutamente normal, chegando inclusive a negá-la, ou por falta de informação, desconhecerem o fato.

A pesquisa porém, revelou, através do depoimento de outras mulheres que, a discriminação sexual é um fato bem presente no cotidiano das mulheres. Pude contatar também, que nos municípios mais desenvolvidos as mulheres são mais discriminadas, em vista do grande contingente que esta fora do mercado a espera de uma vaga, forçando as que já estão empregada a se submeterem aos baixos salários para não perderem o emprego. Ressalta-se ainda que, de um modo geral, nas cidades menos desenvolvidas o acesso as informações ( a mídia em geral) é mais restrito, tornando as mulheres menos conscientes de suas potencialidades e das possibilidade de competir com os homens pelas mesmas oportunidades oferecidas no mercado de trabalho.

Para finalizar, e concordando com Marina Massi coloca-se : “E a mudança estrutural só pode ser alcançada caso inclua em seu bojo a transformação da mentalidade dos indivíduos. Hoje, sabemos que a mudança real passa também pelo cotidiano do privado. É impossível falarmos em igualdade e democracia na vida pública e aceitarmos o autoritarismo, a ideologia da superioridade do homem sobre a mulher, a liberdade de decisão masculina e a obediência feminina na vida privada; enfim, não é possível uma disparidade tão grande de discurso político entre os dois domínios.....a prática da igualdade, da não-violência, da solidariedade e da democracia real começa em casa, no cotidiano e no imaginário da vida privada”.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Massi, Marina: Vida de mulheres – Cotidiano e imaginário. Pg. 188.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

1. MARX, ENGELS e LENIN., Sobre a Mulher – Coleção Bases 17. 3ª Edição. São Paulo; Editora Global.
2. ENGELS, Friedrich., A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado (Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan)– Coleção Perspectivas do Homem, Vol.99. Série Ciências Sociais. 10ª Edição. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
3. MARX, Karl., O Capital, Vol. I. Coleção Os Economistas. 2ª Edição. São Paulo, 1985, Editora Nova Cultural.
4. FILHO, Francisco de B. B. de Magalhães., História Econômica. 7ª Edição. São Paulo. 1981. Editora Sugestões Literárias.
5. MINISTÉRIO DE ASUNTOS SOCIALES – Instituto de La Mujer – Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales, FLACSO., Mulheres Latinoamericanas em Dados. Santiago do Chile, 1993.
6. PENA, Maria Valéria Junho., Mulheres e Trabalhadoras (Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril). Editora Paz e Terra.
7. ZYLBERSTAJN, Hélio & PAGOTTO, Carmem, & PASTORE, José., A Mulher e o Menor na Força de Trabalho. Coleção Estudos Econômicos e Sociais. Livraria Nobel. Ministério do Trabalho, Brasília, 1985.
8. LOBO, Elisabeth Souza., A Classe Operária Tem Dois Sexos (Trabalho, Dominação e Resistência). Editora Brasiliense.
9. MASSI, Marina., Vida de Mulheres (Cotidiano e Imaginário). Editora Imago.

### TEXTOS

1. BRUSCHINI, Cristina., Mulher e Trabalho : Uma Avaliação da Década da Mulher, (1975 – 1985).

2. LEONE, Eugênia Troncoso., **Empobrecimento da População e Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 1980.** (Texto do Livro : Crise e Trabalho no Brasil).
3. CATTANI, Antônio D., **Trabalho e Tecnologia ( Dicionário Crítico).** Editora Vozes. Porto Alegre, 1997.
4. **A DIVISÃO DO TRABALHO** ( Capítulo III do Livro : Trabalho e Capital Monopolista).
5. CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena., **Do Feminino ao Gênero : A Construção de um Objeto.**
6. LOBO, Elisabeth Souza., O Trabalho como Linguagem : O Gênero do Trabalho.

### **REVISTAS**

1. VEJA., **Mulher a Grande Mudança no Brasil.** Editora Abril – Edição Especial. Agosto/ Setembro de 1994. Ano 27.
2. ISTO É., **Mulher : Cidadão de 2ª Classe.** N.º 1352, Agosto de 1995.

### **SINE**

1. Ceará. Sistema Nacional de Emprego., **Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza : caracterização geral.** Fortaleza, 1985.
2. Ceará. Sistema Nacional de Emprego., **Jornada de Trabalho – dimensões e especificidades.** Fortaleza, 1986.
3. Ceará. Sistema Nacional de Emprego., **A Mulher no Mercado de Trabalho do Estado do Ceará.** Fortaleza, 1993.
4. Ceará. Sistema Nacional de Emprego., **A Mulher no Mercado de Trabalho dos Municípios de Médio Porte – Realidade e Discriminação.** Fortaleza, 1993.
5. Ceará. Sistema Nacional de Emprego., **A Mulher no Mercado de Trabalho : Perfil Sócio-Econômico.** Fortaleza, 1995 (Série : Fontes de Estudo sobre o Mercado de Trabalho, 10).